

RELATÓRIO E CONTAS

2006



ESTORIL SOL SGPS SA

ESTORIL SOL, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Capital social integralmente realizado 59.968.420 Euros

Sociedade Anónima com sede na Rua Melo e Sousa, n.º. 535 Estoril - Cascais

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º. 053

Pessoa Colectiva n.º. 500.101.221

Organigrama do Grupo Estoril Sol.....	1
Órgãos Sociais.....	2
Relatório de Gestão.....	3
Proposta de Aplicação de Resultados.....	14
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração.....	15
Participações Qualificadas.....	16

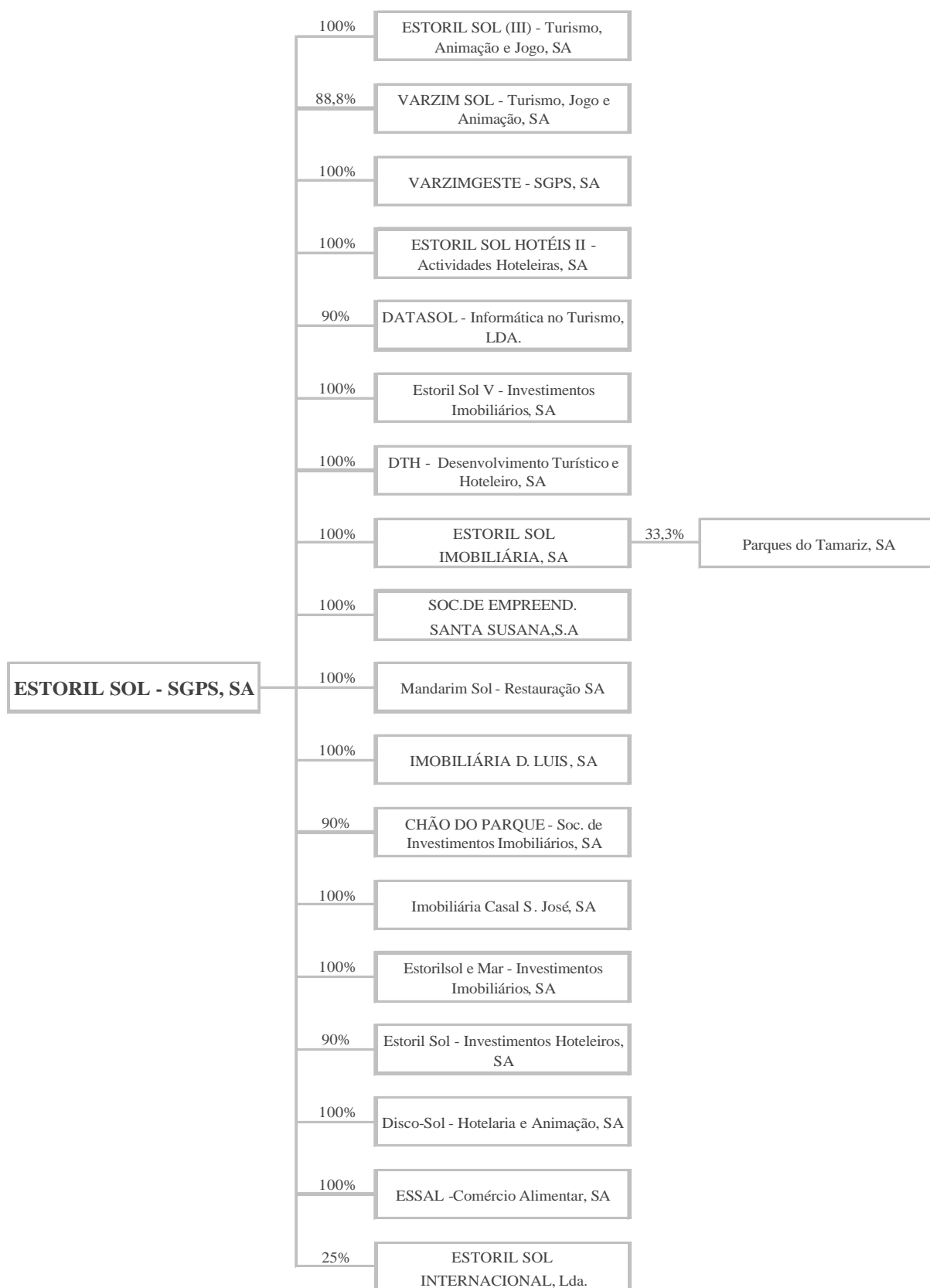
CONTAS INDIVIDUAIS

Demonstração de Resultados.....	17
Balanços.....	18
Demonstração dos Resultados por Funções.....	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa.....	22
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	23
Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	52
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	54

CONTAS CONSOLIDADAS

Balanços.....	29
Demonstração de Resultados.....	30
Demonstração de alteração no capital próprio.....	31
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	32
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	33
Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	55
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	57
Anexo ao Relatório de Gestão - do Governo da Sociedade.....	58
Extracto da acta da Assembleia Geral de 20 de Abril de 2007.....	70

GRUPO “ESTORIL SOL”



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Miguel Galvão Teles
Vice-Presidente	- Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Secretário	- Paulo Castro Varzielas

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente	- Américo Amorim
Vogais	- Rui José da Cunha - Fausto Correia

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS

Stanley Hung Sun Ho
Ambrose So
João de Sousa Ventura

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	- Stanley Hung Sun Ho
Vice-Presidente	- Mário Alberto das Neves Assis Ferreira
Vogais	- Choi Man Hin - Ambrose So - António José Pereira - António José de Melo Vieira Coelho - Vasco Esteves Fraga - Huen Wing Ming Patrick - Jorge Armindo Teixeira

CONSELHO FISCAL

Presidente	- Lampreia & Viçoso, SROC representada por - José Martins Lampreia
Vogais	- José Carlos Correia Estorninho - Mário Pereira Pinto
Suplentes	- Donato João Lourenço Viçoso

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Suplente	Carlos Alberto Francisco Farinha Artur Alexandre Conde de Magalhães Mateus
----------	---

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- Lampreia & Viçoso, SROC
representada por José Martins Lampreia

Senhores Accionistas

Em cumprimento e nos termos das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar e submeter à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão, e as Contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A Estoril Sol, S.A. foi constituída em 25 de Junho de 1958, tendo como objecto social “a exploração da concessão em exclusivo da zona permanente de jogos de fortuna e azar do Estoril, abrangendo também os ramos de comércio ou indústria dele afins”.

Em 17 de Junho de 1985 celebrou com o Estado Português um novo contrato de concessão, para a exploração da Zona de Jogo Permanente do Estoril, com início em 1 de Janeiro de 1987 e termo em 31 de Dezembro de 2005.

Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/99 de 22 de Julho, a Estoril Sol, SA, foi autorizada, nas condições aí estabelecidas, a transferir para outra sociedade por si integralmente detida, a posição contratual que possuía no contrato de concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo permanente do Estoril.

Assim, foi constituída, em 17 de Agosto de 2001, uma nova sociedade denominada “ESTORIL SOL (III) – Turismo Animação e Jogo, S.A.” para a qual, em 1 de Outubro de 2001, foi transferida a posição contratual da ESTORIL SOL, S.A. no contrato de concessão da exploração de jogos no Casino Estoril e, bem assim, todos os patrimónios, direitos e obrigações correlacionados com a exploração da referida concessão de jogo do Estoril.

Em 18 de Março de 2002, a ESTORIL SOL, S.A. alterou o seu estatuto jurídico para “Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S.”, deixando por tal facto de exercer directamente, qualquer actividade económica.

Tendo em conta o novo objecto social da ESTORIL SOL, S.A. e as limitações legais daí resultantes, constituíram-se, em 18 de Março de 2002, várias sociedades cujo capital social, integralmente detido pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., foi realizado com entradas em espécie constituídas por imóveis pertencentes ao seu imobilizado.

2. ACTIVIDADES NO EXERCÍCIO

A ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A., detém indirectamente através das suas associadas, interesses no sector do Turismo e em particular na actividade de jogo em Casinos, pela exploração das concessões de jogos de fortuna ou azar das zonas de jogo permanente do Estoril e da Póvoa de Varzim. Supletivamente, detém interesses no sector imobiliário.

No âmbito das competências estatutárias, acompanhámos as administrações das associadas no estudo e desenvolvimento de novos projectos, com particular cuidado na conclusão do investimento do Casino Lisboa e, bem assim, os trabalhos de preparação e concretização que envolvem a valorização ou alienação de activos imobiliários não afectos ao “core-business”.

Tendo por referência as opções estratégicas definidas para o Grupo e os planos operacionais das associadas, acompanhámos de forma sistemática e detalhada a implementação dos planos de racionalização das operações e de contenção de custos das associadas.

3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006, a ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. era detentora das seguintes participações financeiras nas seguintes sociedades:

ESTORIL SOL (III) – TURISMO ANIMAÇÃO E JOGO, S.A., constituída em 26 de Julho de 2001, com sede no Estoril, tem como objecto social a exploração de jogos de fortuna ou azar nos locais permitidos por lei e, complementarmente, pode ainda explorar os ramos de turismo, hotelaria, restauração e animação, bem como prestar serviços de consultoria nessas áreas de actividade. Explora os Casinos do Estoril e Lisboa.

O seu capital social de 34 milhões de Euros é detido a 100% pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A..

VARZIM SOL - ANIMAÇÃO, TURISMO E JOGO, S.A., com sede na Póvoa de Varzim, tem por objecto social, em particular, explorar a concessão de jogo da zona da Póvoa de Varzim. Explora o Casino da Póvoa de Varzim.

Tem capital social de 20.000.000 Euros, sendo 88,8% detido directamente pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A., e 11,2% detido indirectamente por via da VARZIMGESTE, S.G.P.S., S.A..

VARZIMGESTE – INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., constituída em 4 de Julho de 1994, com sede no Porto, tem como objecto social a gestão de participações sociais.

O seu capital social de 24.940 Euros é detido a 100% pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A..

Tem como único investimento financeiro uma participação de 11,2% no capital social da VARZIM SOL – Animação, Turismo e Jogo, S.A..

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

MANDARIM SOL - RESTAURAÇÃO, S.A. – Com 50.000 Euros de capital social, é detida a 100% ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A..

Explora o restaurante Mandarin, instalado no Casino Estoril, junto aos jardins.

DTH - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E HOTELEIRO, SA - Com um capital social de 2.429.146 Euros, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. É proprietária de um terreno no Monte Estoril, onde existiu o antigo Hotel Miramar.

ESTORILSOL e MAR – Investimentos Imobiliários, S.A. - Com um capital social de 361.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A..

É proprietária de um prédio urbano, sito na Rua Melo e Sousa, no Estoril.

ESTORIL - SOL IMOBILIÁRIA, S.A. - Com 7.232.570 Euros de capital social, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A.. Tem como objecto social a construção, promoção, gestão e venda de empreendimentos turísticos e imobiliários. É proprietária de três prédios urbanos sitos em Alcoitão, Conselho de Cascais.

PARQUES DO TAMARIZ - SOCIEDADE EXPLORAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A. - A ESTORIL SOL S.G.P.S., S.A. detém, através da Estoril Sol Imobiliária, SA, uma participação de 500.000 Euros correspondente a 33,3% do capital social da sociedade. A Empresa tem vindo a desenvolver um projecto que visa promover a construção de um parque de estacionamento subterrâneo em terrenos contíguos ao Casino Estoril

CHÃO DO PARQUE - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. - Com um capital social de 750.000 Euros, sendo 90% detido directamente pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. e 10% indirectamente por via da ESTORIL SOL – Investimentos Hoteleiros, S.A..

É proprietária de um lote de terreno para construção sito no Parque de Palmela, em Cascais.

ESTORIL SOL – INVESTIMENTOS HOTELEIROS, S.A. - Com um capital social de 10.835.000 Euros, detido em 90% pela ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A., sendo os restantes 10% detidos pela própria sociedade.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

ESTORIL SOL HOTÉIS II, S.A. - Sociedade com um capital social de 2.291.350 Euros, detido a 100% pela Estoril Sol, SGPS, SA. Até Abril de 2003, teve por actividade a exploração do Hotel Estoril Sol.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

DATASOL- INFORMÁTICA NO TURISMO, LDA - Empresa de prestação de serviços informáticos, com um capital social de 17.458 Euros, que é detido em 90% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA, sendo os restantes 10% detidos pela própria DATASOL.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

DISCO SOL - HOTELARIA E ANIMAÇÃO, S.A. - Com um capital social de 498.798 Euros é participada a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SANTA SUSANA, S.A. – Com um capital social de 4.564.001 Euros, é detida a 100,0% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

ESTORIL SOL (V) – Investimentos Imobiliários, S.A. - Com capital social de 50.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

IMOBILIÁRIA CASAL DE S. JOSÉ, S.A. - Com um capital social de 785.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

IMOBILIÁRIA D. LUÍS, S.A. - Com um capital social de 3.556.000 Euros, detido integralmente pela ESTORIL SOL, SGPS, SA.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

ESSAL - COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A. –Com um capital social de 24.940 Euros, é detida a 100% pela ESTORIL SOL, SGPS, SA. Suspendeu a sua actividade em 31 de Março de 1996.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

ESTORIL SOL INTERNACIONAL, Lda - A ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. detém uma participação de 25% no capital social desta sociedade. A empresa está sem actividade desde há vários anos.

Presentemente estão em curso trabalhos preparatórios visando a sua liquidação ou fusão, a ocorrer no exercício de 2007.

4. ACÇÕES e DIVIDENDOS

O capital social da ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. era, em 31 de Dezembro de 2006, representado por 11.993.684 acções, valor nominal unitário €5,00, das quais 6.116.779 são acções nominativas e 5.876.905 acções ao portador.

A ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. possuía, à data da elaboração do presente relatório, 34.900 acções próprias, não tendo no decurso do exercício, efectuado quaisquer transacções com acções próprias.

As acções da empresa estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde 14 de Fevereiro de 1986.

A Empresa não distribuiu dividendos no exercício de 2005.

No decurso do exercício foram transaccionadas em Bolsa, 130.441 acções representativas do capital social da Empresa, cuja cotação mínima e máxima foi de 7,71 e 8,90 Euros, respectivamente.

A Empresa tem como accionistas de referência a FINANSOL – Sociedade de Controlo, S.A. (S.G.P.S.), e a AMORIM-ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, S.G.P.S., S.A., titulares de 59,7% e 34,9%, respectivamente, de acções representativas do capital social e dos direitos de voto da ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A..

5. POLÍTICA FINANCEIRA

Para fazer face às exigências financeiras decorrentes dos significativos investimentos que o desenvolvimento dos contratos de concessão de jogo implicam, as Empresas do Grupo têm prosseguido uma política financeira orientada pela preservação da sua independência financeira, maioritariamente apoiada pelos meios libertos anualmente e pela sua capacidade de obtenção de crédito, recorrendo nesta área a um conjunto diversificado de instrumentos financeiros, nomeadamente emissão de Obrigações, emissão de Programas de Papel Comercial e utilização de linhas de crédito, cujo custo vem sendo sistematicamente optimizado.

6. NORMATIVOS CONTABILISTICOS

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A., decorrente da sua qualidade de sociedade aberta e no cumprimento das disposições legais em vigor, tendo como referência a data 1 de Janeiro de 2005, passou a elaborar as demonstrações financeiras consolidadas das Empresas que constituem o Grupo ESTORIL SOL em conformidade com as IFRS – Normas Internacionais de Relato Financeiro.

De modo a assegurar que os seus activos são apresentados por uma quantia que não excede o seu valor recuperável (IAS 36), as associadas Estoril Sol (III) e Varzim Sol adjudicaram, à Deloitte Consultores, S.A., estudos para a determinação do valor das respectivas concessões que concluíram pela não existência de imparidade em qualquer das sociedades.

A informação financeira consolidada, agora apresentada, foi preparada com base no nosso entendimento das normas internacionais de contabilidade e respectivas interpretações, incluindo IAS – International Accounting Standards, IFRS - International Financial Reporting Standards, SIC actualmente em vigor, SIC Interpretations, aqui designado globalmente por IFRS.

Contudo, as demonstrações financeiras individuais, relativas a 2006, da ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. e das Empresas do Grupo, foram preparadas de acordo com o POC e as directrizes contabilísticas portuguesas.

7. CONTAS INDIVIDUAIS

Decorrente do seu estatuto jurídico “Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS”, a Empresa não exerce directamente qualquer actividade económica. Assim, os Proveitos Operacionais não têm expressão material, pelo que os Resultados Operacionais do exercício, negativos em 2.485.018,65 Euros, expressam basicamente os custos suportados com o funcionamento normal da sociedade.

Os Resultados Financeiros, positivos em 10.317.926,36 Euros, decorrem da utilização do método de equivalência patrimonial na valorização das participações sociais nas associadas.

O Resultado Líquido do exercício, contas individuais, foi de 8.647.815,55 Euros.

8. CONTAS CONSOLIDADAS

As Empresas do Grupo ESTORIL SOL desenvolvem as suas actividades predominantemente no sector de Turismo.

O Grupo ESTORIL SOL através do Casino Estoril e do Casino Lisboa detidos pela Estoril Sol III e do Casino da Póvoa de Varzim detido pela Varzim Sol, possui importantes interesses na exploração da actividade de Jogo em Casinos Portugueses.

Os Casinos Estoril, Lisboa e da Póvoa de Varzim, representavam, em 2006, 61,9% de quota do mercado nacional de casinos.

Os Proveitos Operacionais consolidados do exercício, no montante de 243,6 milhões Euros, influenciados, em particular, pelas receitas geradas pelo Casino Lisboa registaram um acréscimo de 24,7% face aos valores obtidos no exercício de 2005.

A actividade económica desenvolvida pelas Empresas do Grupo ESTORIL SOL gera proveitos nas áreas de Jogo, Restauração e Animação, sendo que as receitas de Jogo representaram, por si só, 90,2% do total dos proveitos consolidados.

Os Proveitos consolidados registaram, ainda, um ganho em activos detidos para venda de 16,5 milhões de Euros gerados na venda dos terrenos do Hotel Estoril Sol que eram propriedade da Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, S.A.

Os custos consolidados, no montante de 241,1 milhões de Euros, evidenciam um crescimento de 25,4% relativamente ao exercício de 2005, justificado pelo aumento dos preços de custo dos factores produtivos e em particular pelos custos operacionais das actividades do Casino Lisboa que englobam a totalidade dos custos, não recorrentes, de abertura e lançamento.

O EBITDA alcançado no exercício, de 61,2 milhões de Euros, corresponde a uma margem de 25,1% dos proveitos operacionais.

O Resultado Líquido consolidado do exercício, no montante de 19,1 milhões de Euros, expressa os resultados líquidos apurados pelas associadas e em particular pelo ganho obtido pela Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, S.A. na venda dos terrenos do Hotel Estoril Sol.

9. EMPRESAS DO GRUPO

Pela importância que as contas das associadas ESTORIL SOL (III) – Turismo, Animação e Jogo S.A., VARZIM SOL – Turismo, Jogo e Animação, S.A. e ESTORIL SOL INVESTIMENTOS HOTELEIROS, S.A. assumem nas contas consolidadas do Grupo e pelas novas realidades que a DTH, S.A. e PARQUES DO TAMARIZ, S.A., enfrentam, importa referir:

ESTORIL SOL (III) – TURISMO, ANIMAÇÃO E JOGO, S.A.

Foi constituída em 18 de Agosto de 2001, tendo como objecto social a exploração de jogos de fortuna ou azar nos locais permitidos por lei e através dos meios, formas e condições aí previstos, com todos os direitos e obrigações estabelecidos na legislação aplicável.

A constituição da Empresa decorreu de um processo de reestruturação orgânica de que foi alvo a ESTORIL SOL, SA, sendo que a posição contratual que esta Empresa detinha no contrato de concessão da exploração de jogos na Zona de Jogo do Estoril e, bem assim, todos os patrimónios, direitos e obrigações relativos à exploração da referida concessão de jogo do Estoril foram transferidos para a ESTORIL SOL (III), S.A..

Enquadramento legal e contratual

A actividade das concessionárias de jogo em casinos portugueses encontra-se regulamentada pela Lei do Jogo – D.L. 422/89 com as alterações introduzidas pelo D.L. 10/95 e pelo D.L. 40/2005.

O contrato de concessão do exclusivo de exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo permanente do Estoril, que engloba os Casinos Estoril e Lisboa, foi celebrado em 17 de Junho de 1985 e publicado no Diário da República, 3ª série, n.º 197, de 28 de Agosto de 1985.

Casino Estoril

O Decreto-Lei nº 275/2001, em 14 de Dezembro de 2001, estabeleceu a prorrogação, até 31 de Dezembro de 2020, do contrato de concessão da exploração de jogo de fortuna ou azar na zona de jogo permanente do Estoril, cujo termo inicial era o dia 31 de Dezembro de 2005.

O referido contrato de prorrogação envolveu o estabelecimento de uma contrapartida a pagar ao Estado no montante global de 98.761.983,62 Euros, dos quais Euros 57.643.181 foram pagos na data da escritura do contrato de prorrogação, 16 de Dezembro

de 2001, e os remanescentes 41.118.803 Euros foram pagos em 10 prestações semestrais e iguais, corrigidos pelo valor da inflação, com início em 2 de Janeiro de 2002.

Casino Lisboa

O Decreto-Lei nº15/2003, autorizou a Estoril Sol (III), SA a instalar um casino em Lisboa, inserido na concessão da zona de jogo do Estoril.

Nos termos da referida autorização e para além da concessionária ter ficado obrigada a respeitar na sua construção os requisitos que haveriam de ser fixados em Portaria específica e a assegurar 600 lugares de estacionamento para apoio ao funcionamento do casino, resultou também a obrigatoriedade de:

- “Pagar ao Estado uma contrapartida inicial de 30 milhões de Euros, a preços de 2002, a liquidar em quatro prestações anuais de igual valor, a primeira das quais paga aquando da celebração do aditamento ao contrato de concessão; a segunda prestação a liquidar até ao dia 31 de Dezembro do ano em que se iniciar a exploração do Casino, e as restantes duas prestações a liquidar até 31 de Dezembro dos anos seguintes”.

- Prestar uma contrapartida anual correspondente a 50% das receitas brutas dos jogos explorados no Casino de Lisboa;

O Casino Lisboa instalado no Parque das Nações, inaugurado em 19 de Abril de 2006, constitui um complexo de vocação turística onde o jogo, os espectáculos, a gastronomia, o entretenimento, as artes e os eventos sociais coabitam harmoniosamente.

A oferta de jogo, distribuída por três pisos, disponibiliza cerca de 900 máquinas automáticas e 25 mesas de jogo, nomeadamente roletas, black-jack, póker, banca francesa e ponto e banca.

O Auditório dos Oceanos, com capacidade para 642 lugares, é a sala de concertos e espectáculos do Casino.

A restauração funciona em três espaços, o Pragma, o Spot LX e o Átrio, cada um deles correspondendo a uma oferta gastronómica diferenciada.

Num formato de bar-esplanada, o Arena Lounge está disposto em plataformas rotativas, permitindo aos frequentadores obter uma visão múltipla das propostas de animação, onde se sucedem actuações de artistas do “novo circo”, música ao vivo e ciclos de concertos com entrada livre do público. Em apoio às zonas de jogo foram instalados três bares, o Play Bar, o Joker Bar e o Baccarat Bar.

As soluções adoptadas para o Casino Lisboa visaram criar uma oferta diferenciada face ao Casino Estoril, dotando o mercado de dois espaços de lazer complementares, não concorrenciais.

Fruto dessa opção estratégica e do reforço de imagem de qualidade do Casino Estoril, a actividade desde então desenvolvida por ambos os Casinos permite-nos validar as opções tomadas.

Actividades desenvolvidas

Jogo

As receitas de jogo (excluídas as receitas de Bingo) geradas pelos casinos portugueses, no ano de 2006, ascenderam a um montante de 353,2 milhões de Euros, tendo evidenciado um acréscimo de mais 45,5 milhões de Euros quando comparadas com o ano anterior. Este crescimento é justificado, em termos gerais, por uma ligeira recuperação do sector e, em particular, pela abertura em Abril de 2006, do Casino Lisboa.

Em termos desagregados, as receitas de jogo de máquinas registaram em 2006 um crescimento de 12,4%, tendo as receitas dos jogos tradicionais crescido 30,6%.

Apesar da evolução positiva registada nas receitas geradas pelos jogos bancados estas não representam mais do que 15,2% do total das receitas dos casinos nacionais.

A Estoril Sol III, através dos Casinos Estoril e Lisboa, detém 47% de quota de mercado e obteve receitas de jogo no montante de 166 milhões de Euros, mais 39 milhões do que no exercício anterior.

O Casino Estoril, responsável por 31,6% das receitas de jogo geradas em casinos portugueses, obteve, em 2006, proveitos de jogo no montante de 112,2 milhões de Euros, menos 11,7% que no exercício de 2005, sendo esta quebra de receitas explicável pela abertura do Casino Lisboa.

O Casino Lisboa que iniciou a sua actividade em 19 de Abril de 2006 registou receitas de jogo no montante de 53,8 milhões de Euros.

Manifestações culturais e de animação turística

No âmbito das manifestações culturais e de animação artística, obrigações que decorrem do actual Contrato de Concessão, a ESTORIL-SOL (III) elaborou e participou em 2006 um elenco alargado de eventos e iniciativas culturais, turísticas e desportivas, apresentados quer no Casino Estoril quer no Casino Lisboa e, ainda, em outros espaços exteriores na área do Concelho de Cascais, os quais, por si só, constituíram um programa integrado e coerente de promoção turística de Lisboa e da Costa do Estoril, no País e no estrangeiro.

No Salão Preto e Prata, do Casino Estoril, continuou a exibição do espectáculo diário “Dança com Letras”. Mantendo a tradição de apresentar ao público português artistas de renome internacional, realizaram-se, entre outras, as Galas “Paul Anka”, “Cassandra Wilson”, “Gilberto Gil”, “Kodo – Tambores do Japão” e, dedicada à música portuguesa, a “Grande Gala do Fado”.

No “Du Arte Lounge” e no “Auditório do Casino” foram realizados, ao longo do ano, vários concertos musicais, com particular relevo para o Ciclo de “Grandes Concertos do Casino”, e espectáculos cénicos como “ENIGMA” e “STÔRA MARGARIDA”, com artistas portugueses que, pela sua qualidade e adesão de público, em muito contribuíram para dinamizar, em termos imagéticos, o Casino e a zona do Estoril.

Na Galeria de Arte do Casino Estoril manteve-se a aposta num calendário sistematizado de exposições de pintura e escultura, com destaque para o “Salão de Primavera”, dedicado ao lançamento de jovens pintores portugueses, o “Salão Internacional de Pintura Naif”, para além do “Salão de Outono”, este exibindo obras de autores consagrados e, ainda, diversas exposições individuais.

A Revista “EGOÍSTA”, projecto editorial e gráfico que já conquistou um lugar de culto entre as publicações culturais especializadas, dedicou as edições de 2006 a quatro temas: “Cidade II”, “Renascimento”, “Sonho Português” e “Paz”.

Promoveu-se, igualmente, um conjunto de eventos culturais, de animação turística e desportiva, com destaque para o “Prémio Literário Fernando Namora” e “Prémio Personalidade do Ano”. Mantiveram-se as parcerias com a Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Turismo da Costa do Estoril, participando em iniciativas como a “FIARTIL – Feira Internacional de Artesanato do Estoril”, o “ESTORIL JAZZ” e a prova de “TRIATLO Internacional do Estoril”, entre tantas outras.

No Auditório dos Oceanos do Casino Lisboa foi apresentado um diversificado programa, com especial referência para os 12 concertos inaugurais do Casino, e, ainda, espectáculos de curta temporada como: “Forever Tango”, “Wild Women Blues”, “Soweto Gospel Choir”, “A Tempestade” de Shakespeare, os “Momix” e o “Tributo aos QUEEN”.

No sentido de diversificar a oferta musical do Casino Lisboa, foram apresentados, no Auditório dos Oceanos, artistas nacionais e estrangeiros, designadamente, Mariza, Jobim Trio, Ute Lemper, Madredeus ou Dulce Pontes.

No Arena Lounge, foi apresentada uma agenda diária de animação constante, com a “JUKE BOX”, onde grandes Dj’s abordaram as diversas correntes musicais e por diversas bandas, nacionais e estrangeiras, designadamente no ciclo “Arena Live”, complementadas com actuações de “novo circo”, protagonizadas por artistas da especialidade.

De modo a tornar profícuas as relações institucionais, foi cumprido um programa de manifestações culturais, desportivas e recreativas, com o apoio do Casino Lisboa, sendo de destacar o “Prémio Literário Parque das Nações”; o “Prémio de Fotografia Parque das Nações” e a mostra de peças da colecção Berardo.

Recursos Humanos

O ano de 2006 fica marcado pela conclusão do processo de selecção e formação dos 251 colaboradores afectos ao Casino Lisboa e pela continuação das acções de reestruturação e racionalização dos Serviços do Casino Estoril, iniciada em exercícios anteriores.

Refira-se que o processo de selecção externa de 191 colaboradores para o Casino Lisboa abrangeu cerca de 1200 candidatos, seguido de um programa de formação específica de 60.000 horas.

As acções de reestruturação dos Serviços do Casino Estoril permitiram, em 2006, uma redução do quadro de pessoal de 87 colaboradores, dos quais 60 foram transferidos do Casino Estoril para o Casino Lisboa.

Por esta via consolidou-se a tendência de redução do quadro de pessoal do Casino Estoril registada nos últimos 4 anos, com uma redução acumulada de cerca de 300 colaboradores, o que corresponde a cerca de 30% dos efectivos.

Quadro de Pessoal					
	2002	2003	2004	2005	2006(*)
Estrutura Corporativa e Órgãos Sociais	71	77	68	69	65
Casino, Jogo	522	514	450	402	572
Casino, Operações	372	364	282	262	258
Total	965	955	800	733	895

(*) Início de actividade do Casino Lisboa com 251 colaboradores

Decorrente da transferência de colaboradores do Estoril para Lisboa, bem como das rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, foi possível, no ano de 2006, dinamizar movimentos internos de pessoal, nomeadamente promoções internas e transferências associadas a reclassificações e requalificações internas, o que contribuiu para uma melhoria dos índices de mobilidade e desenvolvimento que abrangeu cerca de 100 colaboradores da Empresa.

Refira-se, ainda, que 2006 ficou marcado pelo arranque do projecto “Embaixador do Casino “, abrangendo as várias áreas de Operações do Casino Estoril, através do qual ficaram definidas as linhas metodológicas e conceptuais que presidem ao processo de reestruturação e mudança em curso no Casino Estoril.

Fianciamento

A Empresa deu continuidade à política de contratação de linhas de crédito de médio longo prazo visando adequar a maturidade dos financiamentos obtidos ao perfil financeiro dos investimentos, salvaguardando, contudo, a possibilidade de antecipar o reembolso parcial ou total do seu endividamento, sem ter de suportar comissões de penalização.

Considerando a existência de meios monetários no valor de 24 milhões de Euros que nos primeiros dias de Janeiro de 2007 foram afectos à redução da dívida bancária, a Empresa tinha, no final do exercício, 170 milhões de Euros de responsabilidade por financiamentos contraídos, sendo 60 milhões relativos a emissões de papel comercial, 34 milhões de obrigações, 46,8 milhões de crédito de médio longo prazo e 29,2 milhões de linhas de curto prazo.

Aspectos Económicos e Financeiros

Proveitos e Custos

Por actividades, os proveitos de jogo representaram 97,5% do total das receitas, enquanto as contrapartidas oficiais decorrentes do cumprimento de obrigações contratuais inscritas no contrato da concessão de jogo corresponderam a 6,5% e os proveitos conjuntos de restauração e animação se situaram em 2,2% do total dos proveitos.

Os custos operacionais, no montante de 170,3 milhões de Euros, evidenciam um acréscimo de 36,2% relativamente ao exercício anterior, acréscimo esse que engloba a totalidade dos custos relativos à actividade corrente do Casino Lisboa e dos custos promocionais, não recorrentes, relacionados com a abertura desse mesmo Casino.

Os impostos suportados no exercício, no montante de 83,2 milhões de Euros, decorrem maioritariamente do imposto de jogo representando 48,9% do total dos custos.

Os custos com pessoal, no montante de 30,2 milhões de Euros, representam a segunda maior rubrica dos custos e constituem 17,7% do total dos encargos.

Os fornecimentos e serviços externos, no montante de 29,8 milhões de Euros, constituem a terceira maior rubrica de custos.

Dos restantes custos incorridos, importa ainda referir que os custos registados nas rubricas de amortizações e encargos financeiros reflectem, em particular, o valor do investimento realizado no Casino Lisboa e o custo do seu financiamento.

O resultado líquido do exercício, positivo em 2.891.713 Euros, foi, assim, particularmente condicionado pelos custos excepcionais relacionados com a abertura do Casino Lisboa.

O EBDITA gerado no exercício, no montante de 36,1 milhões de Euros, traduz também aquele condicionamento, correspondendo a uma margem sobre os proveitos operacionais de 19,6%.

Balanço

O activo líquido total no final do exercício de 2006, totalizava 332,6 milhões de Euros, superior em 20,6% ao valor registado em igual momento de 2005, sendo este crescimento justificado, em particular, pelo investimento realizado no Casino Lisboa e expresso nas rubricas de “edifícios e outras construções” e “equipamento básico”.

Os activos imobilizados corpóreos representavam, no final do exercício, 44,3% do activo líquido total, seguidos do investimento em imobilizado incorpóreo líquido (prémios da concessão) que representava 40,9%.

O activo de curto prazo evidencia na rubrica “Estado e outros entes públicos” um saldo de 12 milhões de Euros dos quais 7,9 decorrem de pedidos de reembolso de IVA relacionado com o investimento do Casino Lisboa e 4,1 de crédito de imposto anual de jogo que será recuperado na contrapartida anual de 2007.

A rubrica de “depósitos bancários” apresentava um saldo de 25,6 milhões de Euros dos quais 24 correspondiam a um depósito com vencimento a 2 de Janeiro de 2007 e que nessa data foi aplicado na redução do endividamento bancário.

O passivo total, no montante de 275,5 milhões de Euros, registou um acréscimo 56,3 milhões de Euros, mais 25,7% que o montante registado em igual período de 2005, exclusivamente justificado pelo acréscimo de financiamentos contraídos para financiar o investimento realizado no Casino Lisboa.

O passivo da Empresa para com o Estado relativo às duas prestações da contrapartida inicial do Casino Lisboa e à contrapartida anual de jogo, não vencidas, totalizava 28,3 milhões de Euros no final do ano.

Reflectindo o esforço financeiro decorrente do investimento realizado no Casino Lisboa, a autonomia financeira da Empresa, no final do exercício, era de 17,2% contra 20,6% em igual momento do ano anterior.

Controlo de Riscos

A Empresa, visando a prevenção e minimização de risco decorrente das suas actividades económicas, dispõe de Serviços especializados de supervisão responsáveis pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança física de clientes, colaboradores e instalações, e ainda do cumprimento da legislação que regulamenta o sector de jogo em casinos sendo de salientar que os casinos estão sujeitos a uma fiscalização permanente feita pelo Estado através da Inspeção Geral de Jogos.

A prorrogação do contrato de concessão, no final de 2001 e, mais recentemente a construção do Casino Lisboa, implicaram acréscimo de endividamento de médio prazo que conjugado com variações das taxas de juro do mercado implicam acréscimos de custos financeiros com potenciais riscos de liquidez. Contudo, e em função dos meios libertos pela exploração, entendemos que o risco financeiro a que a Empresa está exposta é diminuto. O mesmo entendimento tem prevalecido na análise efectuada pelas instituições financeiras que dispensam a prestação de quaisquer garantias patrimoniais ou pessoais dadas pelos accionistas na contratação das operações de financiamento.

VARZIM SOL – TURISMO, JOGO E ANIMAÇÃO, S.A.

A sociedade Sopete – Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A.R.L., foi constituída em 20 de Setembro de 1968, com o objecto social de promover o desenvolvimento turístico e a propaganda da região turística da Póvoa de Varzim; exercer todas as actividades culturais, comerciais e recreativas relacionadas com o turismo, nomeadamente construir e explorar casinos, hotéis, restaurantes, piscinas, casas de diversões, parques de jogos e de campismo e estabelecimentos semelhantes; explorar, nos termos das leis em vigor, jogos de fortuna ou azar; aquisição de prédios urbanos e terrenos para construção, promover a urbanização destes, e vendê-los, bem como os edifícios por ela construídos.

Assinou o primeiro contrato de concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo da Póvoa de Varzim, em 3 de Dezembro de 1975, que vigoraria até 31 de Dezembro de 1988. Seguiu-se novo contrato em 29 de Dezembro de 1988, cujo termino ocorreria em 31 de Dezembro de 2008. Este novo contrato foi prorrogado por mais quinze anos, pelo Decreto-Lei nº 275/2001 de 14 de Dezembro de 2001.

A 26 de Outubro de 2001, a Sociedade procedeu à alteração de estatutos e da sua denominação para VARZIM SOL – TURISMO, JOGO E ANIMAÇÃO, S.A., passando o seu objecto social a ser a exploração de jogos de fortuna ou azar nos locais permitidos por lei e através dos meios, formas e condições aí previstos, com todos os direitos e obrigações estabelecidos na legislação aplicável. Em complemento com o seu objecto principal, a sociedade pode ainda explorar os ramos de turismo, hotelaria, restauração e animação, bem como prestar serviços de consultoria nessas áreas de actividade. A sociedade pode associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente constituir sociedades, agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, bem como adquirir e alienar livremente participações no capital de outras sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, mesmo que o objecto de uns e outras não apresente nenhuma relação directa ou indirecta com o seu objecto social.

Presentemente, centra a sua actividade exclusivamente na exploração do contrato de concessão de jogos de fortuna e azar na zona da Póvoa de Varzim (Casino da Póvoa).

Actividades desenvolvidas

No âmbito das manifestações turísticas, culturais e desportivas que decorrem do actual contrato de concessão, a Empresa realizou e participou, este ano, num conjunto de acções e eventos, com especial destaque para as artes. Neste domínio, o patrocínio da exposição de Arte Nova e Arte Deco, em Serralves, a criação do “Prémio de Artes Casino da Póvoa”, neste primeiro ano atribuído a Nikias Skapinakis, de quem também foi efectuada, nas instalações do Casino, a exposição antológica “Preto e Branco”, o “Prémio Casino da Póvoa/Correntes D’Escrita” e o patrocínio da edição dos livros “Rogério Ribeiro - Uma monografia” e “Nikias Skapinakis - Uma Pintura Desalinhada”, merecem especial relevo e destaque.

No plano desportivo, para além de outros apoios, destaca-se o patrocínio do Rally Casino da Póvoa.

No Salão D'Ouro, a principal sala de espectáculos da Casino da Póvoa, estreou-se o novo show diário "Vaidades".

De entre as Galas musicais apresentadas a público no exercício findo, salientam-se espectáculos com as actuações de artistas nacionais e internacionais, como Zeca Baleiro, Adelaide Ferreira, Chris de Burgh, Marta Hugon, Alexandra, Fernando Pereira, Dina, Mafalda Arnauth, Cristina Branco, José Cid e Fáfá de Belém, normalmente integrando datas festivas ou encerrando festivais gastronómicos que obtiveram assinalável sucesso.

Recursos Humanos

O Casino da Póvoa iniciou em meados ano 2003 um processo de reestruturação abrangente a todas as áreas e níveis da empresa.

Esse plano de reestruturação delineado em estruturas organizacionais mais horizontais, traduziu-se numa simplificação organizacional com redução ao mínimo o nível de estruturas com a concomitante diminuição do número do nº de colaboradores, 158, o que corresponde a uma redução de 32% dos efectivos durante estes últimos 5 anos.

Quadro de Pessoal					
	2002	2003	2004	2005	2006
Estrutura Corporativa e Órgãos Sociais	48	38	35	34	35
Casino, Jogo	273	243	228	209	197
Casino, Operações	174	144	126	114	105
Total	495	425	389	357	337

No entanto, o pipeline do Casino da Póvoa apresenta uma dinâmica constante, resultante de progressões e reclassificações das carreiras dos colaboradores.

Apostando cada vez mais no seu core-business – "Jogo", o Casino da Póvoa tem tido um enfoque permanente e sustentado nos seus colaboradores, reforçando a formação profissional por forma a aumentar a sua produtividade aliada a um melhoramento constante dos seus níveis de serviço prestados aos clientes.

Orientados cada vez mais para resultados, os colaboradores do Casino da Póvoa encontram-se envolvidos num processo de desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais com o objectivo de melhorar não só os níveis de serviço ao cliente mas também os níveis de eficiência operacional, para o efeito a empresa devolveu no ano 2006 um projecto de análise da qualidade de serviço – Cliente Mistério, do qual decorreu a requalificação e reorientação do seu plano de formação a longo prazo.

Iniciou também no final de 2006 a reestruturação do sistema de avaliação de desempenho harmonizado com o novo modelo de Gestão do Casino da Póvoa.

Breves comentários económicos-financeiros

O Casino da Póvoa, responsável por 15,1% das receitas do sector de jogo em casinos portugueses, obteve, no exercício, proveitos da actividade de jogo no montante de 53,8 milhões de euros, que representaram um crescimento de 6% relativamente a 2005.

Por actividades, os proveitos de jogo representaram 91,1% do total de receitas, sendo que os proveitos conjuntos de restauração e animação se situaram em 2,6% do total das receitas.

Relativamente à estrutura de custos, importa salientar que as quatro principais rubricas de custos representaram, por si só, 86,0% do total de proveitos:

- Os impostos directamente relacionados com a contrapartida anual do contrato de concessão, principal rubrica de custos, representaram 46,0% dos proveitos operacionais.

- Os encargos com o pessoal, segunda rubrica mais importante em matéria de custos, representaram 18,3% dos proveitos operacionais.

- As amortizações e ajustamentos do exercício, com o total de 7.522.085 Euros, constituem a terceira rubrica de custos, representado 12,8% dos proveitos operacionais. Esta rubrica apresenta um crescimento de 60% face ao ano anterior, essencialmente devido à alteração da política de amortização do contrato de concessão, conforme explicação nas notas do anexo às demonstrações financeiras.

- Os custos suportados com fornecimentos e serviços externos, no montante de 5.605.132 Euros, representaram 9,6% do total de proveitos operacionais.

O Cash-Flow operacional cifrou-se em 10.483.328 Euros, representando 17,7% do total de proveitos.

O resultado do exercício, de 1.104.604 Euros, representa a sustentação do reequilíbrio económico obtido em 2005, face aos resultados negativos de 2003 e 2004.

ESTORIL SOL – INVESTIMENTOS HOTELEIROS, S.A.

Constituída em 18 de Março de 2002 com capital social de Euros 10.835.000,00 subscrito integralmente pela Estoril Sol, SGPS, SA e realizado pela entrada em espécie de um prédio urbano (denominado Hotel Estoril Sol), situado no Parque de Palmela, em Cascais.

Em cinco de Março de 2004, a Empresa tinha celebrado um contrato de promessa para a venda do referido prédio urbano, condicionado à apreciação e aprovação pelas entidades competentes de todos os projectos necessários ao desenvolvimento de um empreendimento imobiliário a construir no referido prédio urbano, onde se encontrava edificado o Hotel Estoril Sol.

Concluído que foi o processo administrativo que conduziu à emissão pela Câmara Municipal de Cascais da indispensável licença de obra e de demolição do edifício, foi o referido contrato promessa de compra e venda materializado em vinte e dois de Dezembro de 2006 e a respectiva escritura celebrada.

Pela referida transacção a Empresa recebeu, como parte do pagamento da venda do citado prédio urbano, 216.700 acções representativas do seu próprio capital social, pelo valor de 7.708.000,00 Euros, e 15.000 acções representativas do capital social da “Chão do Parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.” pelo valor de 492.000,00 Euros.

Concluída a alienação do único activo corpóreo de que a Empresa era proprietária, iniciámos de imediato os trabalhos preparatórios visando uma tomada de decisão para a sua liquidação ou fusão com a Empresa-mãe, a ocorrer no exercício de 2007.

Os resultados extraordinários do exercício, positivos em Euros 16.520.914,69, expressam os ganhos obtidos na venda do imobilizado.

O resultado líquido do exercício, positivo em Euros 15.915.973,14, incorporam, para além dos resultados extraordinários, os resultados correntes, negativos em Euros 604.941,55, saldo dos proveitos obtidos com a cedência temporária de espaços e dos custos suportados com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente com a segurança e a electricidade do edifício do Hotel.

DTH – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E HOTELEIRO, S.A.

O único activo imobiliário da Empresa é um prédio urbano denominado “Hotel Miramar” no Monte Estoril que foi objecto de um protocolo celebrado com a C.M. de Cascais em 3 de Fevereiro de 2003. Em observância ao citado protocolo foram desenvolvidos os estudos tendentes à elaboração de uma proposta de plano de pormenor para a área e de um estudo prévio para um empreendimento turístico a implantar no terreno de que é proprietária a associada DTH. Prevê-se que a proposta de plano de pormenor e o estudo prévio estejam concluídos no decurso do próximo exercício.

Nesse pressuposto foi celebrado, em 2006, um contrato promessa de venda do referido prédio urbano assumindo os promitentes compradores, nos termos do respectivo clausulado, a responsabilidade de respeitar, na íntegra, o protocolo assinado com a C. M. de Cascais.

PARQUES DO TAMARIZ – SOCIEDADE EXPLORAÇÃO DE PARQUES ESTACIONAMENTO, S.A.

Parque de estacionamento no Estoril

O projecto referente à construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com área comercial à superfície, a construir na envolvente norte do Casino Estoril, encontra-se em fase de reformulação técnica e económica, prosseguindo, com esse objectivo, os contactos com a Câmara Municipal de Cascais.

10. FACTOS SUBSEQUENTES

Entre o dia 1 de Janeiro de 2007 e a data em que este relatório foi redigido não ocorreram quaisquer factos relevantes com impacto na gestão da empresa.

11. DECLARAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da ESTORIL SOL, SGPS, SA assumem a responsabilidade pela veracidade da informação contida no presente relatório e asseguram não existir omissões que sejam do seu conhecimento.

13. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração quer publicamente expressar o seu agradecimento a todos quantos no decorrer do exercício com ele colaboraram, nomeadamente o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal, a Mesa da Assembleia Geral e os Trabalhadores da Empresa.

Importa, ainda, destacar a compreensão sempre encontrada no diálogo havido com os Senhores Membros do Governo da Tutela, Inspeção-Geral de Jogos, Câmaras Municipais de Cascais, Lisboa e Póvoa de Varzim e Junta de Turismo da Costa do Estoril, entidades com as quais mantivemos sistemático e frutuoso relacionamento.

Agradece-se, igualmente, a cooperação recebida das Instituições de Crédito e de todas as Entidades Oficiais contactadas.

Estoril, 16 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Stanley Hung Sun Ho
Mário Alberto Neves Assis Ferreira
Man Hin Choi
Ambrose So
António José Pereira
António José de Melo Vieira Coelho
Vasco Esteves Fraga
Huen Wing Ming Patrick
Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da Empresa, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no montante de 8.647.815,55 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	432.390,78 Euros
Para Dividendos.....	2.630.932,48 Euros
Para Reservas Livres.....	5.584.492,29 Euros

Estoril, 16 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Stanley Hung Sun Ho

Mário Alberto Neves Assis Ferreira

Man Hin Choi

Ambrose So

António José Pereira

António José de Melo Vieira Coelho

Vasco Esteves Fraga

Huen Wing Ming Patrick

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira

**Anexo ao relatório
do Conselho de Administração**



Informação respeitante a valores mobiliários emitidos pela ESTORIL SOL, SGPS, SA, e por sociedades com as quais a Empresa se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos à data de 31 de Dezembro de 2006, pelos membros dos órgãos sociais da sociedade.

De acordo com o disposto no artigo 447 N.º 5 do Código das Sociedades Comerciais e alínea c) do n.º 1 do art.º 7º do Regulamento das CMVM n.º 24/2000.

Stanley Hung Sun Ho – Presidente do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 135.662 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;
- Em 31.12.2006 era titular de 170.911 acções da FINANSOL, Sociedade de Controlo - SA (SGPS);
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Mário Alberto Neves Assis Ferreira – Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 601 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Choi Man Hin – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 527 acções Estoril Sol, SGPS, SA .
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

António José Pereira – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 14.237 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Vasco Esteves Fraga – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 608 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Ambrose So – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 50.000 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Patrick Huen – Vogal do Conselho de Administração

- Em 31.12.2006 era titular de 50.000 acções da Estoril Sol, SGPS, SA;
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade no decurso do exercício;

Rui José da Cunha – Vogal do Conselho Consultivo

- Em 31.12.2006 era titular de 12.300 acções Estoril Sol, SGPS, SA .
Não adquiriu nem alienou acções desta sociedade durante o exercício.

Em conformidade com o artigo 448 número 4 do Código das Sociedades Comerciais e artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, identificam-se os titulares de participações qualificadas no capital social da ESTORIL SOL, S.G.P.S..

FINANSOL, SOCIEDADE DE CONTROLO, S.G.P.S., S.A.

A ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2006 era titular de 34.900 acções próprias, pelo que sendo a FINANSOL - SOCIEDADE DE CONTROLO, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2006, titular de 6.875.204 acções da ESTORIL SOL, SGPS, S.A., detinha directamente 57,49% do capital social e dos direitos de voto.

Os membros dos órgãos de Administração e Conselho Consultivo das Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a ESTORIL SOL., detinham 264.035 acções da ESTORIL SOL, SGPS, S.A., correspondentes a 2,21% do capital social e direitos de voto.

Assim, em termos globais a participação directa e indirecta da FINANSOL no capital da ESTORIL SOL é de 59,7% à qual corresponde idêntica percentagem de votos.

AMORIM - ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, S.G.P.S, S.A.

A ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2006 era titular de 34.900 acções próprias, e sendo a AMORIM - ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, S.G.P.S., S.A. titular de 3.817.722 acções, esta sociedade detinha directamente 31,92% do capital social e dos direitos de voto da ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A..

As Sociedades Briargrove Limited e Nyland Limited, o THE BARROCA TRUST bem como os respectivos beneficial owners, Senhores Joaquim Ferreira de Amorim, José Américo Amorim Coelho e Senhor António Ferreira de Amorim, eram titulares de 341.609 acções da ESTORIL SOL, SGPS, S.A., correspondentes a 2,857% do capital social e direitos de voto.

Assim, em termos globais a participação directa e indirecta da AMORIM- ENTERTAINMENT E GAMING INTERNATIONAL, SGPS, SA no capital social da ESTORIL SOL, S.G.P.S., S.A. era em 31 de Dezembro de 2006 de 34,9% à qual correspondia idêntica percentagem de votos.

Demonstrações dos resultados individuais
31 de Dezembro



Montantes expressos em euros

	2006		2005	
<u>Custos e perdas:</u>				
Fornecimentos e serviços externos		884.640		974.621
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1.057.373		1.054.378	
Encargos sociais:				
Outros	191.258	1.248.631	218.400	1.272.777
Amortizações e ajust.do imobilizado corpóreo e incorpóreo	178.131		19.468	
Provisões	170.794	348.926	163.013	182.481
Impostos	3.399		16.390	
Outros custos e perdas operacionais	12.324	15.723	11.294	27.684
(A)		2.497.920		2.457.563
Perdas em empresas do grupo e associadas		7.401.560		739.597
Juros e custos similares:				
Outros	2.743.506	2.743.506	3.772.530	3.772.530
(C)		12.642.985		6.969.690
Custos e perdas extraordinários		263.636		201.940
(E)		12.906.622		7.171.630
Impostos sobre o rendimento do exercício		-		20.000
(G)		12.906.622		7.191.630
Resultado líquido do exercício		8.647.816		4.795.514
		21.554.437		11.987.144
<u>Proveitos e ganhos:</u>				
Proveitos suplementares	12.901		6.451	
Outros proveitos e ganhos operacionais	-	12.901	75.120	81.571
(B)		12.901		81.571
Ganhos em empresas do grupo e associadas		18.295.743		7.532.126
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	2.167.249	2.167.249	3.697.768	3.697.768
(D)		20.475.893		11.311.466
Proveitos e ganhos extraordinários		1.078.544		675.678
(F)		21.554.437		11.987.144
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)-(A)=		(2.485.019)		(2.375.992)
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)]=		10.317.926		6.717.767
Resultados correntes: (D)-(C)=		7.832.908		4.341.776
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=		8.647.816		4.815.514
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=		8.647.816		4.795.514

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
A c t i v o				
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Trespases	5.716.311	-	5.716.311	6.685.645
	5.716.311	-	5.716.311	6.685.645
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	30.237	23.451	6.785	9.698
Equipamento básico	154.395	154.172	223	3.361
Equipamento de transporte	281.548	136.842	144.707	63.839
Ferramentas e utensílios	11.479	11.479	-	-
Equipamento administrativo	559.762	559.762	-	11.731
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	1.195.000	-	1.195.000	630.000
	2.232.421	885.706	1.346.715	718.629
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	103.636.510	-	103.636.510	95.229.077
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	35.505	32.076	3.429	3.429
	103.672.015	32.076	103.639.939	95.232.506
Dívidas de terceiros-médio/longo prazo:				
Empresas do grupo	38.835.123	1.772.672	37.062.451	125.064.329
	38.835.123	1.772.672	37.062.451	125.064.329
Dívidas de terceiros-curto prazo:				
Empresas do grupo	52.066	-	52.066	51.760
Empresas associadas	110.965	110.965	-	-
Estado e outros entes públicos	368.362	128.271	240.091	197.853
Outros devedores	14.345.705	330.130	14.015.576	923.631
	14.877.098	569.366	14.307.733	1.173.244
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	281.547	-	281.547	36.976
Caixa	2.055	-	2.055	4.615
	283.602	-	283.602	41.591
Acréscimos e diferimentos:				
Custos diferidos	12.158		12.158	1.207.392
	12.158	-	12.158	2.207.392
Total de amortizações		885.706		
Total de ajustamentos		2.374.114		
Total do activo	165.628.728	3.259.820	162.368.908	230.123.335

Balanços individuais
31 de Dezembro

Montantes expressos em euros



	2006	2005
Capital próprio e passivo		
Capital próprio:		
Capital	59.968.420	59.968.420
Acções próprias - Valor nominal	(174.500)	(174.500)
Acções próprias - Descontos e prémios	(280.945)	(280.945)
Prémios de emissão de acções	7.820.769	7.820.769
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas	281.903	281.903
Reservas de reavaliação	8.978.651	8.978.651
Reservas:		
Reservas legais	5.029.611	4.789.835
Outras reservas	43.705.294	39.149.555
Resultados transitados	(3.912.759)	(3.912.759)
Subtotal	121.416.443	116.620.929
Resultado líquido do exercício	8.647.816	4.795.514
Total do capital próprio	130.064.259	121.416.443
Passivo:		
Provisões:		
Provisões para pensões	6.739.004	7.251.275
Outras provisões	43.488	95.471
	6.782.492	7.346.746
Dívidas a terceiros-médio/longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	-	78.000.000
	-	78.000.000
Dívidas a terceiros-curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	-	4.280
Fornecedores, conta corrente	195.293	179.206
Outros accionistas	8.475	12.745
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	226.684	56.094
Estado e outros entes públicos	37.643	36.833
Outros credores	21.290.503	17.430.743
	21.758.597	17.719.902
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimo de custos	74.104	74.846
Proveitos diferidos	3.689.455	5.565.399
	3.763.560	5.640.245
Total do passivo	32.304.649	108.706.892
Total do capital próprio e do passivo	162.368.908	230.123.335

	2006	2005
Custo das vendas e prestações de serviço	(159.513)	(62.899)
Resultados brutos	(159.513)	(62.899)
Outros proveitos e ganhos operacionais	917.414	757.254
Custos administrativos	(2.594.578)	(2.619.489)
Outros custos e perdas operacionais	(77.409)	(283)
Resultados operacionais	(1.914.086)	(1.925.417)
Custo líquido de financiamento	(1.703.995)	(3.749.197)
Ganhos em filiais e associadas	19.968.238	27.091.594
Perdas em filiais e associadas	(8.370.894)	(16.601.467)
Ganhos em outros investimentos	668.552	-
Resultados correntes	8.647.816	4.815.514
Imposto sobre os resultados correntes	-	(20.000)
Resultados correntes apos impostos	8.647.816	4.795.514
Resultado líquido do exercício	8.647.816	4.795.514
Resultado por acção	1,27	0,40

Demonstração dos fluxos de caixa individuais
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



Método directo

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2006		2005	
Recebimentos de clientes	-		6.404	
Pagamentos a fornecedores	(617.304)		(941.264)	
Pagamentos ao pessoal	(723.583)		(740.448)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.340.886)		(1.675.307)	
Pagamentos/recebimentos do imposto s/o rendimento	(107.129)		(91.590)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à activ.oper.	(180.028)		(910.471)	
Fluxos antes das rubricas extraordinárias	(1.628.043)		(2.677.368)	
Recebimentos relacionados c/rubricas extraordinárias	-		-	
Fluxos das actividades operacionais		(1.628.043)		(2.677.368)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	-		1.125.000	
Imobilizações corpóreas	-		375.000	
Dividendos	1.511.750		3.722.980	
Suprimentos	107.320.350		221.054	
Juros e proveitos similares	560.955	109.393.055	144.560	5.588.594
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-		-	
Imobilizações corpóreas	(608.488)		(250.530)	
Imobilizações incorpóreas	-		-	
Suprimentos concedidos	(19.215.000)	(19.823.488)	10.917.041	10.666.510
Fluxos das actividades de investimento		89.569.567		16.255.104
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	308.453.815		184.575.472	
Recebimentos/pagamentos conta corrente ESIII/SGPS	17.093.375		6.450.560	
Aumentos de capital	-	325.547.189	-	191.026.031
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(377.100.042)		(201.036.473)	
Juros e custos similares	(130.824)		(1.470.273)	
Dividendos	(86)		(2.158.049)	
Suprimentos obtidos	(36.011.471)	(413.242.423)	0	(204.664.795)
Fluxos das actividades de financiamento		(87.695.233)		(13.638.764)
Variação de caixa e seus equivalentes		246.291		(61.028)
Caixa e seus equivalentes no início do período		37.311		98.339
Caixa e seus equivalentes no fim do período		283.602		37.311

1. Discriminação dos componentes de caixa e seus componentes

	2006	2005
1.1. Numerário	2.055	4.615
1.2. Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	281.547	32.696
1.3. Caixa e seus equivalentes	283.602	37.311

Valores expressos em euros

NOTA INTRODUTÓRIA

1) As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2) Tal como mencionado nas contas de 2002, no exercício económico de 2001 tiveram lugar os seguintes dois factos relevantes, a saber:

- Transferência do contrato de concessão, em 1 de Outubro de 2001, para a Estoril Sol (III), empresa detida em 100% pela Estoril Sol SGPS;
- Prorrogação da concessão do Estoril por mais 15 anos, a partir de 1 de Janeiro de 2006;

Em consequência, a partir de 2001:

- Todos os bens, direitos e obrigações associados à exploração do Casino Estoril e do Tamariz, saíram, da estrutura financeira da Estoril Sol, SA para integrar a estrutura financeira da nova concessionária do jogo, ao seu valor contabilístico;
- As amortizações dos activos imobilizados corpóreos e incorpóreos afectos à concessão do jogo foram objecto de novo critério de cálculo;
- O valor contabilístico relativo ao direito da exploração da concessão do jogo do Estoril que teve início em 1987 (20.238.519 €) foi transferido, em 2001, da Estoril Sol, S.A. para a Estoril Sol (III), S.A. pelo valor de 24.939.895 €
- Procedeu-se, no primeiro semestre de 2001, à alteração da especialização do ganho obtido na compra a desconto dos créditos detidos por terceiras entidades sobre a nossa empresa do grupo Varzimgeste, S.A.
- Procedeu-se, também no primeiro semestre de 2001, à alteração da especialização do ganho obtido na compra a desconto de obrigações Sopete.

3) Atendendo a que os ganhos obtidos com as obrigações e com os créditos Varzimgeste acabados de mencionar estão associados ao apuramento do goodwill obtido na compra do capital da Sopete (actualmente Varzim Sol, SA), a sua especialização continua a ser feita nas contas individuais, tendo em conta o normativo nacional, enquanto que nas contas consolidadas a especialização é neutralizada, face ao normativo internacional (IFRS).

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3. Os critérios valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, são os seguintes:

Imobilizado corpóreo e incorpóreo

A partir do 4º trimestre do exercício de 2001 a Estoril Sol, SGPS, S.A. passou a ser apenas detentora de activos imobilizados corpóreos e incorpóreos relacionados com o cumprimento do seu objecto social, de imobilizados incorpóreos que resultam de “Goodwill” obtido em participações financeiras e de activos imobilizados corpóreos residuais que foram, ao longo do exercício de 2002, objecto de transferência para empresas operacionais do Grupo. Todos estes activos encontram-se registados ao preço de aquisição e estão sendo amortizados segundo o método das quotas constantes, critério que vinha sendo seguido na Estoril Sol, SA.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se relevados de acordo com o método da equivalência patrimonial. Sobre este assunto, remete-se para o quadro do ponto 16.

Provisões e ajustamentos

Os ajustamentos para crédito de cobrança duvidosa foram reforçados e revertidos de acordo com base fiscal.

Procedeu-se ao reforço de provisões para outros riscos e encargos tendo em conta estudo actuarial, nomeadamente para fazer face ao reforço de provisões para encargos futuros resultantes de contratos de reforma, em obediência ao que se determina na Directriz Contabilística nº 19, conforme referido na nota 31.

7. Com a transferência para a Estoril Sol (III) da concessão do jogo do Estoril, a maior parte das pessoas inicialmente ao serviço da Estoril Sol, S.A. foram transferidas para aquela empresa a partir de 1 de Outubro de 2001. Assim, o número médio de pessoas ao serviço da Estoril Sol, SGPS, em 31 de Dezembro de 2006, é de 24.

8. Os trespasses respeitam ao “Goodwill” apurado na compra do capital social da Varzim Sol. A sua amortização é feita pelo método directo.

9. A amortização do trespasse mencionado no ponto 8) é feita durante um período de 20 anos, correspondente à duração da concessão da zona de jogo da Póvoa de Varzim.

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Reaval./ Ajust.	Transf. e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Trespases	6.685.645			(969.334)		5.716.311
Subtotal	6.685.645	-	-	(969.334)	-	5.716.311
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	30.237					30.237
Equipamento básico	154.395					154.395
Equipamento de transporte	74.305	259.058	(51.814)			281.548
Ferramentas e utensílios	11.479					11.479
Equipamento administrativo	559.762					559.762
Adiant.p/conta de imob.corpóreas	630.000	565.000				1.195.000
Subtotal	1.460.177	824.058	(51.814)	-	-	2.232.421
Investimentos financeiros:						
Partes capital em emp. do grupo	95.229.077	8.407.433				103.636.510
Adiant.p/conta de invest.financeiros	35.505					35.505
Subtotal	95.264.582	8.407.433	-	-	-	103.672.015
Total	103.410.405	9.231.491	(51.814)	(969.334)	-	111.620.747

Notas explicativas ao quadro do Activo Bruto

As variações havidas nas partes de capital de empresas do grupo dizem respeito a ajustamentos nas participações em empresas do grupo e associadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rúbricas	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Reversão	Anulações	Saldo final
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	20.539	2.913				23.451
Equipamento básico	151.034	3.138				154.172
Equipamento de transporte	10.466	129.280	(2.904)			136.842
Ferramentas e utensílios	11.480	-				11.480
Equipamento administrativo	548.031	11.731				559.762
Total	741.549	147.061	(2.904)	-	-	885.706

15. Em 31 de Dezembro de 2006 os contratos de locação financeira existentes totalizam 226.683,71 € e dizem respeito exclusivamente a viaturas.

Anexo à Demonstrações financeiras individuais
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



16. Firma e sede das empresas do grupo e associadas

FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

1-Participações em empresas do grupo e associadas	Fracção do capital detida %	Capitais próprios	Resultado	Ano
A - Acções:				
Estoril Sol Hotéis II, SA - Estoril	100,00%	(5.124.497)	(56.816)	2006
Disco-Sol Hotelaria e Animação, SA. - Estoril	100,00%	(1.773.743)	(15.000)	2006
Soc.de Empreend.Santa Susana, S.A. - Estoril	100,00%	2.560.687	(3.886)	2006
Estoril Sol Imobiliária, SA - Estoril	100,00%	6.280.280	(930.790)	2006
Essal, S.A. - Estoril	100,00%	9.538	(4.081)	2006
DTH-Desenv.Turístico e Hoteleiro, SA - Estoril	100,00%	2.331.668	(23.055)	2006
Varzimsol, SA - Póvoa de Varzim	88,81%	16.745.102	1.104.604	2006
Varzimgeste - Inv.e Part.Sociais - S.G.P.S, SA - Estoril	100,00%	(9.635.127)	(1.090.758)	2006
Estoril Sol (III), S.A. - Estoril	100,00%	57.099.516	2.891.713	2006
Chão do Parque, SA - Estoril	90,00%	(19.411)	(754.906)	2006
Estoril Sol - Invest.Hoteleiros, SA - Estoril	90,00%	17.336.198	15.915.973	2006
Estoril Sol (V), SA - Estoril	100,00%	(8.644)	(2.290)	2006
Imobiliária Casal S. Jose, SA - Estoril	100,00%	763.390	(2.290)	2006
Imobiliária D. Luis, SA - Estoril	100,00%	2.111.816	(5.093)	2006
Estoril Sol e Mar, SA - Estoril	100,00%	235.687	(22.926)	2006
Mandarim Sol, SA - Estoril	100,00%	(2.594.656)	(528.483)	2006
Sub-Total		86.317.804	16.471.915	
B - Quotas:				
Datasol-Informática no Turismo, Lda - Estoril	100,00%	(1.660)	(2.693)	2006
Estoril Sol Internacional, Lda. - Estoril	25,00%			
Sub-Total		(1.660)	(2.693)	
Total		86.316.144	16.469.222	

A Varzimgeste, SA contabilizou, até Dezembro de 1997, prémios de remissões de acções, afectando positivamente a conta de resultados por contrapartida de acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos). Estes prémios foram transferidos, no exercício de 2002, para resultados transitados, na sequência da decisão tomada pelos accionistas, em 16 de Abril de 2002, no sentido da supressão dos direitos especiais inerentes às acções preferenciais remíveis e da sua transformação em acções ordinárias. Por outro lado, procedeu-se à reestruturação do capital próprio da Varzim Sol, SA, de que resultou a redução do seu capital social destinada à cobertura dos prejuízos acumulados, operação que foi seguida por aumento de capital realizado com a incorporação de reservas e com entradas em dinheiro. Em consequência, a participação da Varzimgeste na Varzim Sol, que até aí era de 33.71%, alterou-se para 11,19%, correspondente a 447.461 acções ordinárias nominativas.

21. Movimento nas rubricas do activo circulante

AJUSTAMENTOS

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de terceiros:				
Empresas do grupo	1.772.672			1.772.672
Empresas participadas e participantes	110.965			110.965
Estado e outros entes públicos	128.271			128.271
Outros devedores	453.130	31.070	(154.071)	330.130
Total	2.465.038	31.070	(154.071)	2.342.038

23. Em matéria de provisões e ajustamentos, remete-se para o ponto 3.

25. Os valores globais das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa são:

	Valor
Activas	9.662
Passivas	5.641

31. No cumprimento da directriz contabilística nº 19, a Empresa tem constituída uma “provisão para pensões”, no montante de 6.739.004 € para fazer face a responsabilidades contratuais com pensões de reformas, encontrando-se totalmente cobertas tais responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2006.

32. O total de garantias bancárias não reais prestadas a favor de terceiros ascendiam, em 31.12.06, a 738.908 € conforme se discrimina:

Entidade beneficiaria	Finalidade	Valor
Câmara Municipal Cascais	Execução fiscal de processos	31.970
VIS - Investimentos Imobiliários	Incumprimento de pagamento	644.500
Direcção Geral do Tesouro	Impostos / reclamações	7.999
Electricidade de Portugal	Fornecimento de energia	54.439
Total		738.908

34. O desdobramento das contas de provisões acumuladas e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício é o seguinte:

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para pensões	7.251.275	127.306	639.577	6.739.004
298 - Outras provisões	95.471	43.488	95.471	43.488
Total	7.346.746	170.794	735.048	6.782.492

36. Neste exercício o Capital Social é de 59.968.420 Euros, representado por 11.993.684 acções ordinárias, desmaterializadas, de valor nominal unitário de 5 euros.

Categoria	Quant.
Acções nominativas	6.116.779
Acções ao portador	5.876.905
Total	11.993.684

37. Pessoas colectivas com participação no capital social superior ou igual a 20%.

- Finansol, Sociedade de Controlo, S.G.P.S., S.A., com 59,7%
- Amorim - Intertainment e Gaming International, S.G.P.S., S.A., com 34,9%.

40. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios:

Contas	Saldo Inicial	Movimento Débito	Movimento Crédito	Saldo Final
51 - Capital social	59.968.420			59.968.420
52 - Acções próprias	(455.445)			(455.445)
54 - Prémio de emissão de acções	7.820.769			7.820.769
55 - Ajust. partes cap. em emp. grupo e assoc.:				
551 - Ajustamentos de transição	163.235			163.235
552 - Lucros não atribuídos	118.668			118.668
56 - Reservas de reavaliação	8.978.651			8.978.651
57 - Reservas:				
571 - Reservas legais	4.789.835		239.776	5.029.611
577 - Reservas especiais	39.149.555		4.555.738	43.705.294
59 - Resultados transitados	(3.912.759)			(3.912.759)
88 - Resultado líquido	4.795.514	4.795.514	8.647.816	8.647.816
Total	121.416.443	4.795.514	13.433.330	130.064.259

Os valores das acções próprias referidas no quadro anterior dizem respeito à compra de 34.900 acções ao preço unitário de 13.05 euros, que teve lugar em 26 de Abril de 2001.

Anexo à Demonstrações financeiras individuais
31 de Dezembro



Valores expressos em euros

43. Remunerações dos Órgãos Sociais:

Órgãos	Valor
Conselho de administração	299.135
Conselho fiscal	17.043
Conselho consultivo	128.132
Total	444.310

45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e perdas	Exercícios	
	2006	2005
681 - Juros suportados	1.705.820	2.004.036
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	7.401.560	739.597
688 - Outros custos e perdas financeiras	1.037.686	1.768.494
Resultados financeiros	10.317.926	6.717.767
	20.462.991	11.229.895

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2006	2005
781 - Juros obtidos	1.672.729	3.697.763
782 - Ganhos em empresas do grupo e associadas	18.295.743	7.532.126
786 - Desconto p.pagamento obtido	-	5
788 - Outros proveitos e ganhos financ.	494.520	-
	20.462.991	11.229.895

O valor registado na conta 782 – ganhos em empresas do grupo e associadas 18.295.743 € e na 682 – Perdas em empresas do grupo e associadas 7.401.560 € é consequência da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização das participações detidas pela Estoril Sol, SGPS. Estes valores são eliminados nas contas consolidadas.

46. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e perdas	Exercícios	
	2006	2005
692 - Dívidas incobráveis	154.418	58.392
695 - Multas e penalidades	1.084	200
698 - Outros custos e perdas extraord.	108.134	143.347
Resultados extraordinários	814.908	473.738
	1.078.544	675.678

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2006	2005
791 - Restituição de impostos	95.471	-
794 - Ganhos em imobilizações	8.590	366.768
796 - Redução de amort.e de provisões	793.648	308.910
798 - Outros prov. E ganhos extraord.	180.835	-
	1.078.544	675.678

47. Em 31 de Dezembro de 2006 a empresa tinha para com a Segurança Social uma dívida, não vencida, relativa aos ordenados de deste mês, de 19.473,60 € (artº 21 do Decreto-Lei nº 411/91).

48. Outras informações

a) Desdobramento dos acréscimos e diferimentos:

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Encargos com férias a pagar	68.983
Outros acréscimos de custos	5.122
Total	74.104

PROVEITOS DIFERIDOS

Obrigações Sopete	969.607
Créditos da Varzimgeste	2.719.849
Total	3.689.455

b) Partes de capital em empresas do grupo

Empresas	Valor
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA	2.331.668
ESSAL - Comércio Alimentar, SA	9.538
Estoril Sol Imobiliária, SA	6.280.280
Soc.de Empreendimentos Santa Suzana, SA	2.560.687
Varzimsol, SA	14.903.765
Estoril Sol (III), SA	57.099.516
Estoril Sol-Invest.Hoteleiros, SA	17.336.198
Estoril Sol (V), SA	3.965
Imobiliaria Casal S. Jose	763.390
Imobiliaria D. Luis	2.111.816
Estoril SoleMar, SA	235.687
Total	103.636.510

Balanços consolidados
31 de Dezembro



ESTORIL SOL SGPS SA

Valores expressos em euros

	Notas	2006	2005
ACTIVOS			
Activos não-correntes			
Activos fixos tangíveis não reversíveis p/o Estado	2.3	74.468.651	49.119.572
Activos fixos tangíveis reversíveis p/o Estado	2.4	94.900.204	79.625.701
Propriedades de investimento	2.5	254.410	259.961
Propriedades industrial e outros direitos	2.6	169.229.145	149.553.938
Goodwill	2.7	10.557.848	10.560.759
Direitos de exploração		117.438	7.805
Contas a receber comerciais e outras		-	-
Investimentos em associadas	2.8	447.184	455.111
Pré-pagamentos		3.429	3.429
Activos detidos para venda	2.12	1.195.000	165.056
Activos intangíveis em curso		-	30.454.494
Total de activos não correntes		351.173.309	320.205.826
Activos correntes			
Inventários	2.10	10.955.910	36.204.517
Contas a receber comerciais e outras	2.11	13.254.780	2.431.367
Outros Devedores e acrescimos e diferimentos	2.13	3.300.028	3.040.745
Pré-pagamentos	2.14	1.160.654	458.243
Caixa e equivalentes de caixa	2.15	38.977.487	12.433.742
Total de activos correntes		67.648.860	54.568.614
Total do Activo		418.822.168	374.774.440
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital e reservas			
Capital emitido		59.968.420	59.968.420
Acções próprias		(455.445)	(455.445)
Reservas		55.943.944	57.488.579
Resultados transitados		(55.890.688)	(54.613.296)
Resultado líquido consolidado		19.073.859	3.185.481
Capital próprio atribuível a accionistas		78.640.090	65.573.739
Interesses minoritários		-	986.372
Total de capital próprio		78.640.090	66.560.111
PASSIVO			
Passivos não correntes:			
Empréstimos obtidos	2.16	186.000.000	166.341.859
Contas a pagar comerciais e outras	2.17	15.000.000	22.500.000
Obrigação de benefícios de reforma		6.739.004	7.251.275
Provisões	2.19	2.124.851	1.058.215
Total de passivos não correntes		209.863.855	197.151.349
Passivos correntes:			
Contas a pagar comerciais e outras	2.17	28.303.897	59.099.399
Empréstimos obtidos a curto prazo	2.16	62.433.075	21.770.481
Adiantamentos de clientes		13.080	72.150
Outros credores e acrescimos e diferimentos	2.20	39.568.171	30.120.950
Total de passivos correntes		130.318.223	111.062.979
Total do capital próprio e passivo		418.822.168	374.774.440

	Notas	2006	2005
Rédito			
- Vendas e prestações de serviço	3.1	225.923.810	184.219.270
- Ganhos em activos detidos para venda		16.456.553	-
- Outros operacionais		17.713.586	11.171.058
- Total do rédito		260.093.949	195.390.328
Custos operacionais			
Matérias-primas e materiais de consumo usados		(4.025.306)	(3.990.433)
Fornecimentos e serviços externos		(36.813.185)	(22.088.959)
Gastos de pessoal	3.2	(42.652.787)	(38.503.135)
Depreciações e amortizações		(26.025.573)	(21.721.076)
Provisões e outros passivos contingentes		(1.756.774)	-
Impostos	3.4	(110.379.688)	(89.256.677)
Outros gastos operacionais		(4.980.745)	(7.209.652)
Lucro das operações		33.459.890	12.620.396
Resultado financeiro	3.3	(14.318.272)	(9.258.838)
Lucro antes de impostos		19.141.618	3.361.558
Imposto sobre o rendimento	3.4	67.759	77.213
Lucro após impostos		19.073.859	3.284.345
Interesses minoritários		-	(98.865)
Lucro líquido antes das actividades extraordinárias		19.073.859	3.185.481
Lucro líquido do período		19.073.859	3.185.481
Resultado por acção			
- Básico	3.5	1,59	0,27
- Diluído	3.5	1,59	0,27

Demonstrações consolidadas de alteração no capital próprio
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



Rubricas	Dezembro 2005	Dezembro 2006			
		Resultado Líquido	Diminuições	Transferências e outros	Dezembro 2006
Capital emitido	59.968.420				59.968.420
Ações próprias	(455.445)				(455.445)
Reservas	57.488.579		(1.553.993)	9.358	55.943.944
Resultados transitados	(54.613.296)		(1.277.393)		(55.890.688)
Resultado líquido consolidado	3.185.481	19.073.859		(3.185.481)	19.073.859
Interesses minoritários	986.372		(986.372)		-
Total do capital próprio	66.560.111	19.073.859	(3.817.758)	(3.176.123)	78.640.090

Método directo

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	2006		2005	
Recebimentos de clientes		225.803.539		186.539.011	
Pagamentos a fornecedores		(42.598.130)		(34.027.076)	
Pagamentos ao pessoal		(27.079.391)		(27.319.694)	
Fluxo gerado pelas operações		156.126.019		125.192.241	
Pag./recebimentos do imposto sobre o rendimento		(80.539.612)		(82.478.527)	
Outros receb./pag. relativos à actividade operacional		(51.725.688)		(18.904.602)	
Fluxos antes das rubricas extraordinárias		23.860.719		23.809.112	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(12.560)		-	
Fluxos das actividades operacionais			23.848.159		23.809.112
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Imobilizações corpóreas		31.129.859		332.425	
Juros e proveitos similares		564.972	31.694.831	144.560	476.985
Pagamentos respeitantes a:					
Imobilizações corpóreas		(74.837.772)		(24.457.339)	
Imobilizações incorpóreas		(11.189.149)		(13.083.255)	
Comissões sobre obrigações		(484)		-	
Suprimentos		-	(86.027.406)	-	(37.540.594)
Fluxos das actividades de investimento			(54.332.575)		(37.063.609)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		956.575.795		361.827.178	
Aumentos de capital		-	956.575.794	-	361.827.178
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(896.786.379)		(333.710.094)	
Juros e custos similares		(8.556.173)		(7.900.396)	
Locação financeira		(46.351)		(49.816)	
Juros de obrigações		(1.153.079)		(1.059.876)	
Dividendos		-		(2.152.635)	
Suprimentos		-	(906.541.983)	-	(344.872.817)
Fluxos das actividades de financiamento			50.033.812		16.954.361
Variação de caixa e seus equivalentes			19.549.396		3.699.864
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.15		12.433.742		8.733.878
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.15		31.983.138		12.433.742

NOTA INTRODUTÓRIA

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. constitui a “Holding” do Grupo Estoril Sol (“Grupo”) que tendo as acções representativas do seu capital social admitidas à negociação em mercado regulamentado – A Euronext – em 1 de Janeiro de 2005 ficou obrigada a elaborar contas consolidadas nos termos do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, na sequência da publicação pelo Governo de Portugal do Decreto Lei nº 35/2005, artigo 11º.

Nestes termos, embora a elaboração das contas de cada empresa do grupo reportadas a 31 de Dezembro de 2006 continuem a reger-se pelas normas do Plano Oficial de Contabilidade (POC), as contas consolidadas relativas ao mesmo período foram construídas de acordo com as “International Accounting Standards (IAS)” / “International Financial Reporting Standards” (IFRS).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REPORTADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

1. Políticas contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Estoril Sol foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2006. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Bases de consolidação

1.1. As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Estoril Sol, S.G.P.S., S.A e das suas empresas filiais, relativamente ao exercício de 2006 e de 2005.

1.2. As participações financeiras em filiais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As filiais foram incluídas na consolidação desde a data em que o controlo foi adquirido até à data em que o mesmo venha a terminar. As participações financeiras nas filiais cujo valor de aquisição foi superior aos direitos que a “Holding” passou a ter sobre as mesmas, ficou registado no activo, em Diferenças de Consolidação (Goodwill), que foram objecto de amortização até 2004. Com a aplicação, pela primeira vez, das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) nos exercícios de 2005 e 2004 (alteração para efeitos comparativos), as diferenças de consolidação deixaram de ser amortizadas, uma vez que passam a estar sujeitas anualmente a testes de imparidade.

As transacções, dividendos distribuídos e saldos em contas correntes entre empresas do grupo são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente às participações de terceiros é apresentado em interesses minoritários e incluído no capital próprio.

1.3. Participações financeiras em empresas associadas

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. detém, directamente, 25% do capital social da Estoril Sol Internacional, Lda. e, indirectamente, através da Estoril Sol Imobiliária, S.A., 33,33% da Sociedade Parques do Tamariz, S.A.

Estas participações são apresentadas pelo valor resultante do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a parte atribuível ao Grupo Estoril Sol dos resultados reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo Estoril Sol tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo Estoril Sol tem influência significativa.

Principais critérios de valorimetria

Os principais critérios de valorimetria utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo nos períodos apresentados são os seguintes:

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis, sendo mantidos ao custo de aquisição deduzido da correspondente amortização.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

1.5. Activos tangíveis reversíveis e não reversíveis para o Estado

Os activos tangíveis encontram-se registados pelo valor de aquisição ou de construção, corrigidos nalguns casos, por reavaliações feitas a partir de Diplomas Legais. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que respeitam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros e correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos.

As amortizações dos activos tangíveis afectos às concessões do jogo são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com as suas vidas úteis, atento sempre o número de anos que falem para o termo das concessões.

Em particular, no que respeita às máquinas de jogo, são feitas análises periódicas para identificar eventuais situações de imparidade. Caso sejam identificadas estas situações procede-se ao registo das respectivas perdas.

Quanto às amortizações dos activos tangíveis que são propriedade da empresa, o método de amortização aplicado é o das quotas constantes.

1.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido.

As propriedades de investimento são registadas inicialmente ao custo de aquisição acrescido dos custos de transacção, tendo o Grupo optado pela sua mensuração ao custo histórico.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada do exercício a que se referem.

1.7. Propriedade Industrial e Outros Direitos

A Propriedade industrial e outros direitos respeita ao valor pago ou a pagar ao Estado pelo Grupo para garantir os direitos de exploração das zonas de jogo do Estoril e da Póvoa durante o prazo negociado com o Estado Português. A Zona de jogo do Estoril inclui o Casino do Estoril e o Casino de Lisboa, tendo este último entrado em funcionamento em 19 de Abril de 2006.

As amortizações desta rubrica são feitas pelo método das quotas constantes.

1.8. Diferenças de consolidação (“Goodwill”)

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo não aplicou retrospectivamente as disposições do IFRS 3 às aquisições ocorridas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, pelo que as diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para os IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores líquidos apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo sido objecto de testes de imparidade, a qual, se tivesse existido, teria sido registada, em 2005, em “Resultados transitados”, conforme disposto no IFRS 1.

O goodwill é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente no balanço. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

1.9. Investimentos em associadas

Os investimentos em associadas correspondem a participações financeiras representativas de 20% a 50% menos uma acção do capital social das empresas participadas. As participações desta natureza são detidas pelas nossas empresas “Estoril Sol Imobiliária, SA” e “ESSAL – Comércio Alimentar, SA”.

Valores expressos em euros

Estas participações estão valorizadas ao preço de custo.

1.10. Activos tangíveis e intangíveis em curso

Os activos tangíveis e intangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

1.11. Inventários

As existências encontram-se valorizadas ao custo de produção (ou de aquisição, conforme aplicável) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo, produtos acabados e intermédios e mercadorias, relacionadas com a exploração dos Casinos Estoril e da Póvoa e estão valorizados ao preço de custo e por terrenos e imóveis relacionados com a actividade imobiliária de algumas das empresas do grupo.

1.12. Contas a receber, comerciais e outras

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

1.13. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como disponíveis para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5.

Os activos não correntes classificados como disponíveis para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

1.14. Outros devedores e acréscimos e diferimentos

Estas dívidas são registadas pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas, de modo a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

1.15. Pré-pagamentos correntes

Respeitam a adiantamentos a fornecedores e encontram-se registados pelo seu valor nominal.

1.16. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e de custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados de acordo com o método do custo amortizado quando tal se aplique; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

1.17. Contas a pagar, comerciais e outras

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

1.18. Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. No caso de alienação de acções próprias os ganhos ou perdas a ela inerente serão registadas em “Outras reservas”.

1.19. Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Nestes termos, são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

1.20. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição e a construção de activos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do valor do activo. A capitalização destes encargos cessa quando o mesmo se encontra disponível para utilização.

1.21. Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita) para o Grupo resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos, e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado (Nota 33), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

1.22. Imparidade de activos que não “goodwill”

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não se verificam ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

1.23. Deduções fiscais realizadas em financiamentos obtidos para a aquisição de activos tangíveis e intangíveis

As deduções fiscais são reconhecidas de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidas e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

As deduções fiscais atribuídas às empresas do Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis são registadas, como proveitos diferidos e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos activos tangíveis subsidiados.

Valores expressos em euros

1.24. Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas e prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado e com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço, respectivamente. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As receitas dos jogos de fortuna e azar apuradas diariamente são reconhecidas como rédito na demonstração dos resultados na rubrica “Prestações de serviços” deduzidas da estimativa de prémios de jogo acumulados a pagar e imposto sobre o jogo.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

1.25. Pensões de reforma

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A, tem o compromisso de conceder a Administradores com dez anos de serviço à sociedade prestações pecuniárias a título de pensões de reforma e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, não tendo no entanto um fundo de pensões autónomo constituído.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades, sendo calculadas pelas normas técnicas do Instituto de Seguros de Portugal.

As responsabilidades actuais são calculadas de acordo com a Tábua de mortalidade TV73/77, em que a taxa técnica é de 3% e as taxas de crescimento das pensões e dos salários é de 0%.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19. Esta norma estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

O Grupo não adoptou a excepção preconizada no IFRS 1, pelo que as normas internacionais de contabilidade foram aplicadas retrospectivamente desde o início do plano. O reconhecimento em resultados dos ganhos e perdas actuariais não segue a regra do “corredor”, sendo utilizado um método de reconhecimento mais rápido, que consiste no reconhecimento imediato na demonstração dos resultados de todas as perdas e ganhos actuariais.

1.26. Imposto sobre o rendimento

O Grupo Estoril Sol, encontra-se abrangido pelo regime de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%, e pelo regime de tributação de Imposto sobre o Jogo para as empresas, Estoril Sol III, S.A. e Varzim Sol, S.A., que exploram a actividade de jogos de fortuna e azar no Estoril, em Lisboa e na Póvoa de Varzim, respectivamente, à taxa de 50% sobre as receitas brutas de jogo, deduzida das verbas estabelecidas nos contratos de concessão.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício será efectuada uma revisão desses impostos diferidos, caso existam, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

1.27. Classificações de balanço

São classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes, os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da empresa, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano.

1.28. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1.29. Alterações de políticas, estimativas e erros fundamentais

Em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é a última informação disponível fiável. A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Durante o ano de 2006 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

2. Quadros e notas explicativas aos balanços consolidados

2.1. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2003, estavam registados nesta rubrica despesas de instalação de 9.680 Euros. Com a aplicação dos IFRS este valor foi registado na rubrica “Resultados transitados”.

2.2. Movimentos dos activos intangíveis, tangíveis, propriedade industrial e outros direitos e goodwill

2.2.1. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos no activo bruto entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO BRUTO

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2006	Aumentos	Alienações	Transferências Equiv Patrim/ are directas	Abates	Saldo final em 31.12.2006
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas						
Prop. industrial e outros direitos	230.633.010	-	-	30.000.000	-	260.633.010
Direitos de exploração	52.933	109.634	-	-	-	162.567
Imobilizações em curso	30.454.494	1.116.848	(1.116.848)	(30.454.494)	-	-
Goodwill	10.560.760	-	-	(2.912)	-	10.557.848
Sub-total	271.701.198	1.226.482	(1.116.848)	(457.406)	-	271.353.425
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	67.083	-	(485.856)	16.135.856	-	15.717.083
Edifícios e outras construções	115.707.977	27.403.192	(32.782.367)	60.830.143	(1.117.791)	170.041.154
Equipamento básico	60.956.265	33.142.110	(101.108)	2.171.540	(1.031.921)	95.136.887
Equipamento de transporte	662.192	371.932	(66.951)	-	-	967.173
Ferramentas e utensílios	69.812	11.942	-	(10.444)	-	71.310
Equipamento administrativo	3.090.974	452.993	(266)	(59.848)	(1.147)	3.482.706
Imobilizações em curso	47.578.379	897.024	(1.641.566)	(45.746.808)	-	1.087.029
Adiantamentos p/c imob. Corpóreas	4.561.131	565.000	-	(5.115.202)	-	10.929
Sub-total	232.693.814	62.844.193	(35.078.113)	28.205.236	(2.150.859)	286.514.271
Total	504.395.011	64.070.675	(36.194.961)	27.747.829	(2.150.859)	557.867.696
Investimentos financeiros						
Partes de capital em empresas assoc.	455.111	-	-	(7.927)	-	447.184
Propriedades de investimento	277.669	-	-	(110)	-	277.559
Adiantamentos p/c inv. Financeiros	35.505	-	-	-	-	35.505
Sub-total	768.285	-	-	(8.037)	-	760.248
Total	505.163.296	64.070.675	(36.194.961)	27.739.792	(2.150.859)	558.627.943

Encontra-se incluído na rubrica de Propriedade Industrial e Outros Direitos o valor de 30.000.000 € relativo ao prémio pela concessão da exploração do Casino de Lisboa (extensão do jogo do Estoril), do qual falta pagar a importância de 15.000.000 € (nota 2.17).

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



2.2.2. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos nas amortizações entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2006	Aumentos	Alienações	Transferências Equiv.Patrim/are directas	Abates	Saldo final em 31.12.2006
Imobilizado:						
Imobilizações incorpóreas:						
Prop.industrial e outros direitos	81.079.072	12.898.105		(2.573.312)		91.403.865
Direitos de exploração	45.128				-	45.128
Sub-total	81.124.201	12.898.105	-	(2.573.312)	-	91.448.994
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	53.821.702	7.403.304	(22.700.645)	22.090.871	(765.050)	59.850.181
Equipamento básico	47.441.437	7.803.841	(100.337)	159.670	(997.635)	54.306.976
Equipamento de transporte	292.963	235.829	(3.480)	-	-	525.312
Ferramentas e utensílios	59.181	4.843	-	29	-	64.053
Equipamento administrativo	2.333.257	259.583	(266)	(192.895)	(785)	2.398.893
Sub-total	103.948.540	15.707.399	(22.804.729)	22.057.675	(1.763.470)	117.145.415
Total	185.072.741	28.605.505	(22.804.729)	19.484.362	(1.763.470)	208.594.409

2.2.3. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos no activo bruto entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2005	Alter. do perímetro de consolidação	Aumentos	Transfer, Equiv/Patrim are directas	Regulariz./ abates	Saldo final em 31.12.2005
Imobilizado						
Imobilizações incorpóreas						
Prop. industrial e outros direitos	230.633.507	-	-	-	(497)	230.633.010
Direitos de exploração	312.041	-	-	-	(259.108)	52.933
Imobilizações em curso	30.486.701	-	-	-	(32.207)	30.454.494
Goodwill	9.496.168	-	-	-	1.064.592	10.560.760
Sub-total	270.928.417	-	-	-	772.780	271.701.197
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	75.170	-	-	(8.087)	-	67.083
Edifícios e outras construções	114.955.006	-	122.520	-	630.451	115.707.977
Equipamento básico	56.786.714	(33.868)	4.593.006	-	(389.587)	60.956.265
Equipamento de transporte	559.746	(178)	316.529	(71.326)	(142.579)	662.192
Ferramentas e utensílios	140.802	(74.992)	4.872	-	(870)	69.812
Equipamento administrativo	3.095.601	(14.566)	61.830	-	(51.891)	3.090.974
Imobilizações em curso	19.888.276	-	26.289.173	-	1.400.930	47.578.379
Adiantamentos p/c imob. Corpóreas	7.232.082	-	250.000	-	(2.920.951)	4.561.131
Sub-total	202.733.397	(123.604)	31.637.930	(79.413)	(1.474.497)	232.693.813
Total	473.661.814	(123.604)	31.637.930	(79.413)	(701.717)	504.395.010
Investimentos financeiros						
Partes capital em emp. associadas	406.342	-	48.769	-	-	455.111
Propriedades de investimento	277.669	-	-	-	-	277.669
Sub-total	684.011	-	48.769	-	-	732.780
Total	474.345.825	(123.604)	31.686.699	(79.413)	(701.717)	505.127.790

2.2.4. Quadro demonstrativo dos movimentos ocorridos nas amortizações e ajustamentos entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2005.

Rúbricas	Saldo inicial em 01.01.2005	Alter. do perímetro de consolidação	Aumentos	Transfer, Equiv/Patrim are directas	Regulariz. abates	Saldo final em 31.12.2005
Imobilizado:						
Imobilizações incorpóreas:						
Prop. industrial e outros direitos	72.426.686	-	9.300.205	-	(647.818)	81.079.073
Direitos de exploração	270.684	-	-	-	(225.556)	45.128
Sub-total	72.697.370	-	9.300.205	-	(873.374)	81.124.201
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	48.744.804	-	5.457.472	-	(380.574)	53.821.702
Equipamento básico	41.648.466	(31.203)	6.634.085	-	(809.911)	47.441.437
Equipamento de transporte	447.109	(178)	50.541	(32.435)	(172.074)	292.963
Ferramentas e utensílios	129.187	(72.517)	3.272	-	(761)	59.181
Equipamento administrativo	2.190.273	(14.566)	269.840	-	(112.290)	2.333.257
Sub-total	93.159.839	(118.464)	12.415.210	(32.435)	(1.475.610)	103.948.540
Total	165.857.209	(118.464)	21.715.415	(32.435)	(2.348.984)	185.072.741
Investimentos financeiros						
Propriedades de investimento	12.047	-	5.661	-	-	17.708
Sub-total	12.047	-	5.661	-	-	17.708
Total	165.869.256	(118.464)	21.721.076	(32.435)	(2.348.984)	185.090.449

2.3. Activos tangíveis não reversíveis para o Estado

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Activo bruto	Amort. acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amort. acumuladas	Activo líquido
Activos tangíveis:						
Terrenos e recursos naturais	15.717.083	-	15.717.083	67.083	-	67.083
Edifícios e outras construções	54.680.357	670.785	54.009.571	10.026	8.440	1.586
Equipamento básico	4.848.361	1.272.661	3.575.701	1.452.979	1.333.062	119.917
Equipamento de transporte	967.173	525.312	441.861	662.192	292.964	369.228
Ferramentas e utensílios	16.143	15.496	647	15.694	13.037	2.657
Equipamento administrativo	1.119.390	684.600	434.790	835.343	835.342	-
Imobilizado corpóreo em curso	278.068	-	278.068	43.997.968	-	43.997.968
Adiant. p/conta de imob.corpóreo	10.929	-	10.929	4.561.131	-	4.561.131
Total	77.637.504	3.168.853	74.468.651	51.602.417	2.482.845	49.119.572

A IAS 23 estabelece, como tratamento alternativo, a possibilidade de capitalização de custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, entendendo-se como tal o activo que demora necessariamente um período significativo de tempo para estar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. Nestes termos, a rubrica edifícios tem incorporado o valor de 1.585.729,17 Euros de juros de financiamento, sendo 1.170.661,62 Euros de 2005 e 415.067,55 euros de 2006. A taxa de juro aplicada foi a “all-in-cost” média negociada pelo Grupo com as Instituições Financeiras.

2.4. Activos tangíveis reversíveis para o Estado

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 estas rubricas têm o seguinte detalhe:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Activo bruto	Amort. acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Amort. acumuladas	Activo líquido
Edifícios e outras construções	115.360.797	59.179.396	56.181.402	115.697.951	53.813.263	61.884.688
Equipamento básico	90.288.525	53.034.315	37.254.210	59.481.878	46.108.374	13.373.505
Ferramentas e utensílios	55.167	48.558	6.609	54.118	46.145	7.973
Equipamento administrativo	2.363.315	1.714.293	649.022	2.277.039	1.497.915	779.125
Imobilizado em curso	808.961	-	808.961	3.580.411	-	3.580.411
Total	208.876.766	113.976.562	94.900.204	181.091.397	101.465.697	79.625.701

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro



Valores expressos em euros

2.5. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe das propriedades de investimento detidas pelo grupo é como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Apartamento do Monte do Estoril	254.410	259.961

Esta propriedade de investimento é detida pelo Grupo para apreciação do capital investido, não estando prevista a concretização da sua venda no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de realização estimado do apartamento do Monte do Estoril não é inferior ao seu valor contabilístico.

2.6. Propriedade industrial e outros direitos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe da propriedade de industrial e outros direitos é como segue:

	31.12.2006		
	Activo Bruto	Depreciaç. e Amortizações	Activo Líquido
Prémio da concessão do jogo do Estoril	153.576.455	70.794.943	82.781.512
Prémio da concessão do jogo de Lisboa	30.000.000	1.193.182	28.806.818
Prémio da concessão do jogo da Póvoa	77.056.555	19.415.740	57.640.815
Total	260.633.010	91.403.865	169.229.145

	31.12.2005		
	Activo Bruto	Depreciaç. e Amortizações	Activo Líquido
Prémio da concessão do jogo do Estoril	153.576.455	64.324.114	89.252.342
Prémio da concessão do jogo de Lisboa	-	-	-
Prémio da concessão do jogo da Póvoa	77.056.555	16.754.959	60.301.596
Total	230.633.010	81.079.072	149.553.938

A concessão do Estoril transitou da então Estoril Sol, S.A. (hoje designada por Estoril Sol, S.G.P.S., S.A.) para a Estoril Sol III, S.A., no ultimo trimestre de 2001. Neste processo de transacção gerou-se uma mais valia entre empresas do grupo com o prémio da concessão de 1987, no valor de 4.701.376 Euros, a qual é objecto de eliminação nas contas consolidadas. Por outro lado, negociou a prorrogação da concessão do Estoril até ao ano 2020, tendo assumido uma obrigação financeira para com o Estado no valor de 98.759.889 Euros, cujo pagamento se iniciou em 2001 com o valor de 57.641.085 Euros e terminou em Julho de 2006 com o pagamento da última das dez prestações de valor base igual a 4.111.880 €, a que acrescerão actualizações monetárias definidas em contrato. De salientar que em 2001 se estimou e capitalizou as actualizações monetárias para as dez prestações acordadas, tendo-se, contudo, a partir do momento da aplicação das normas internacionais de contabilidade, procedido à sua correcção. O mesmo procedimento foi assumido em relação ao Casino da Póvoa, cuja concessão se prolonga até ao exercício de 2023.

O Grupo Estoril Sol solicitou a entidades independentes o estudo de imparidade relacionado com os prémios das concessões do jogo do Estoril e da Póvoa, tendo-se concluído pela não existência de situações de imparidade.

2.7. Diferenças de Consolidação ("Goodwill")

Com a aplicação das IFRS, as diferenças de consolidação deixaram de ser amortizadas, ficando sujeitas a estudos de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Diferença de consolidação líquida apurada na compra da participação na Varzim Sol, S.A.	7.164.656
Difª de consolidação apurada na Varzimgeste, SA na compra de parte da participação da Varzim Sol S.A.	8.080.486
Diferença de consolidação- Mandarin Sol, S.A.	796.859
Outras diferenças de consolidação	7.901
Ajustamentos efectuados na transição para IFRS	(5.492.054)
Valor líquido das diferenças de consolidação em 31 de Dezembro de 2006	10.557.848

No cumprimento das disposições do IFRS 3, o Grupo procedeu desde 2004 a análises de imparidade das diferenças de consolidação, com base em avaliações dos vários segmentos de negócio (Casino do Estoril, Casino de Lisboa e Casino da Póvoa) efectuadas por entidades externas e, internamente, com base nos planos de negócio dos diversos segmentos concluindo que o seu valor é inferior ao valor estimado de realização. No entendimento do Conselho de Administração da Estoril Sol, S.A., com base em análises efectuadas internamente e nas perspectivas dos resultados futuros do Casino do Estoril, Casino de Lisboa e da Póvoa do Varzim, esta situação continua a verificar-se em 31 de Dezembro de 2006. O método de avaliação usado é o “discounted cash-flow”, que utiliza pressupostos actualizados e razoáveis face aos respectivos sectores de actividade das empresas participadas a que dizem respeito.

2.8. Investimentos em associadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos investimentos financeiros em associadas é como segue:

Denominação	31.12.2006		Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação
	Capital próprio	Resultado líquido		
Parques do Tamariz, S.A.	1.311.625	(23.915)	33,3%	437.208
Interesta, S.A.	n.d.	n.d.	n.d.	9.976
				447.184

Denominação	31.12.2005		Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação
	Capital próprio	Resultado líquido		
Parques do Tamariz, S.A.	1.358.748	(23.208)	33,3%	445.135
Interesta, S.A.	n.d.	n.d.	n.d.	9.976
				455.111

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2006, foram registados na demonstração dos resultados deste ano o valor de 7.927.20 € negativo (Nota 3.3).

2.10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o valor das existências tem o seguinte detalhe:

	Valor líquido em 31.12.2005	Aumentos/diminuições	Ajust. de consolidação	Alteração do perímetro de consolidação	Perdas de imparidade acumuladas a 31.12.2006	Valor líquido em 31.12.2006
Mat.-primas e mat. diversos de explor.	660.403	7.672		-		668.075
Produtos acabados e intermedios:						
Terreno do Celão (Santa Susana)	2.756			-	-	2.756
Hotel Miramar (DTH)	2.965.928	124.227		-	-	3.090.154
Oficinas de Alcoitão (ESI)	4.489.181	-		-	-	4.489.181
Stand de Tiro do Goulão (ESI)	2.743.388	-	-	-	(603.388)	2.140.000
Outros prod. acab. intermédios (ESI)	133.477	-	-	-	-	133.477
Chão do Parque	750.000	(750.000)		-	-	-
Vivenda Solmar	335.736	(4.250)		-	-	331.486
Hotel Estoril Sol	25.165.085	(25.165.085)		-	-	-
Edifício Sopete	13.026	(13.026)		-	-	-
Despesas com a produção do show	547.554	(482.371)		-	-	65.184
	37.146.132	(26.290.505)	-	-	(603.388)	10.252.238
Mercadorias	33.603	1.994,30		-	-	35.597
Total	37.840.138	(26.280.839)	-	-	(603.388)	10.955.911

Em Dezembro de 2006 concretizou-se a venda do antigo Hotel Estoril Sol, tendo-se gerado para o Grupo uma mais-valia no valor de 16.456.552,75 € Na demonstração de resultados consolidados este valor está registado em “Ganhos em activos detidos para venda”.

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



2.11. Contas a receber comerciais e outras

	Valor bruto a 31-12-2006	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31-12-2006	Valor bruto a 31-12-2005	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31-12-2005
Clientes	5.311.042	4.731.651	579.392	6.172.282	5.370.369	801.913
Estado e outros entes públicos	12.803.659	128.271	12.675.388	1.757.725	128.271	1.629.454
Total	18.114.702	4.859.922	13.254.780	7.930.007	5.498.640	2.431.367

As contas a receber comerciais e outras dizem respeito, fundamentalmente, a clientes conta corrente e a Imposto sobre o valor acrescentado a reembolsar.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Os activos detidos para venda em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 diziam respeito a edifício Sopete. No exercício de 2006 procedeu-se á sua alienação, conforme quadro seguinte:

	31-12-2006				31.12.2005
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	Saldo final
Edifício Sopete	165.056		165.056	-	165.056
Escritório da Rua Melo e Sousa	0	1.195.000		1.195.000	-
Total	165.056	1.195.000	165.056	1.195.000	165.056

2.13. Outros devedores e acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o valor dos outros devedores e acréscimos e diferimentos tem o seguinte detalhe:

	Valor bruto a 31-12-2006	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31-12-2006	Valor bruto a 31.12.2005	Reduções acumuladas ao valor de realização	Valor realizável a 31.12.2005
Outros devedores	3.887.762	2.026.655	1.861.107	3.681.930	2.164.163	1.517.767
Acréscimos e diferimentos	1.438.922	-	1.438.922	1.522.978	-	1.522.978
Total	5.326.684	2.026.655	3.300.028	5.204.908	2.164.163	3.040.745

Em 31 de Dezembro de 2006, as contas a receber de outros devedores respeitavam, essencialmente a adiantamentos a fornecedores e a dívidas a receber relacionadas com o aluguer de espaços comerciais nos Casinos do Estoril e da Póvoa de Varzim.

2.14. Pré-pagamentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, o valor desta rubrica diz respeito a adiantamentos a fornecedores correntes e adiantamentos a fornecedores de imobilizado.

2.15. Caixa e Equivalentes a Caixa

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço é conforme segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Numerário	10.120.120	6.004.225
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	28.857.367	6.429.517
	38.977.487	12.433.742
Conta corrente (Nota 2.16)	(6.994.349)	(5.123)
	31.983.138	12.428.619

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

2.16 Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2006	31.12.2005
Médio e longo prazo:		
- Papel Comercial	75.000.000	55.000.000
- Obrigações não convertíveis	48.000.000	48.000.000
- Financiamento médio e longo prazo	63.000.000	45.000.000
	186.000.000	148.000.000
Curto prazo:		
- Papel Comercial	-	23.000.000
- Financiamento curto prazo	55.438.726	17.107.217
- Contas a descoberto (Nota 2.15)	6.994.349	5.123
	62.433.075	40.112.340
Total	248.433.075	188.112.340

Programa de Empréstimo Papel Comercial

O Programa de Papel Comercial no montante de 150.000.000 Euros iniciado em Junho de 2003, foi modificado em 03 de Setembro de 2004, tendo sido o seu montante máximo reduzido para 100.000.000 Euros em 31 de Dezembro de 2005 o valor em dívida deste programa ascendia a 78.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2006 este programa foi alterado para o montante de 25.000.000 Euros com vencimento a cinco anos, vencendo juros, por cada emissão efectuada, a taxas normais de mercado, tendo como indexante a taxa Eurobor correspondente ao período da emissão.

Em 16 de Fevereiro de 2006, foi montado um Programa de Papel Comercial no montante de 50.000.000 Euros, com vencimento a cinco anos, a taxas normais de mercado, tendo como indexante a taxa Euribor correspondente ao período da emissão.

Em 31 de Dezembro de 2006 o valor em dívida consolidado relativo a estes programas ascendiam a 75.000.000 Euros.

Empréstimo por obrigações não convertíveis (MLP)

Em 03 de Setembro de 2004, foram emitidas obrigações não convertíveis no montante de 48.000.000 Euros, com taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 03 de Março e 03 de Setembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em Março de 2005. O reembolso será efectuado na totalidade numa única prestação no final do prazo da emissão, em 03 de Setembro de 2009.

Financiamento de Médio e Longo Prazo (MLP)

Em Junho de 2005 foram contraídos dois programas de financiamentos de MLP no montante de 35.000.000 Euros, tendo sido utilizados 45.000.000 Euros ambos com prazos de vencimento de sete anos e meio, com dois anos e meio de carência de capital, com reembolsos anuais iguais e sucessivos, no montante de 7.000.000 Euros cada, um com início em 20 de Dezembro de 2007 e o outro com início em 30 de Junho de 2008, com vencimento final em 20 de Dezembro de 2011 e 30 de Junho de 2012, respectivamente. Um financiamento vence juros trimestrais postecipados e o outro vence juros semestrais postecipados, com taxas indexadas à Euribor a seis meses.

Em 2006 foram utilizados os montantes restantes: 20.000.000 Euros em Fevereiro e 5.000.000 Euros em Junho.

Financiamento curto prazo (VP)

A sociedade Estoril Sol (III), SA dispõe de linhas de crédito cuja utilização em 31 de Dezembro de 2006 atingiu os 45.335.259 Euros, o montante de 20.850.000 Euros tem a EONIA como indexante e com pagamento de juros mensais postecipados e o montante de 24.485.259 Euros tem como indexante a EURIBOR a três meses com pagamento de juros trimestrais postecipados. A sociedade Varzim Sol, SA dispõe de linhas de crédito cuja utilização em 31 de Dezembro de 2006 atingiu os 26.225.700 Euros, sendo que as taxas de juros têm como indexante a EONIA com pagamento de juros mensais postecipados.

Está considerada nesta rubrica amortização do empréstimo de MLP no montante de 7.000.000 Euros a vencer-se em 20 de Dezembro de 2007.

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



2.17. Contas a pagar não comerciais e outras não correntes

Em 30 de Junho de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2006	31.12.2005
Passivos não correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
- Prémio da concessão Casino de Lisboa	15.000.000	22.500.000
	15.000.000	22.500.000
Passivos correntes:		
- Fornecedores	5.743.927	3.505.553
- Fornecedores de imobilizado	3.814.941	10.677.195
Estado e outros entes públicos:		
- Prémio da concessão Casino do Estoril	-	8.220.567
- Prémio da concessão Casino da Póvoa de Varzim	-	5.549.876
- Contrapartida anual do jogo	11.896.828	25.071.404
- Imposto de jogo (Dezembro)	4.960.633	4.491.380
- IVA a pagar	175.918	60.321
- Contribuições para a segurança social	675.481	589.437
- Impostos sobre o rendimento das pessoas singulares	296.471	256.906
- Outros passivos correntes	739.699	676.761
	28.303.897	59.099.399
Total	43.303.897	81.599.399

2.18. Obrigações de benefícios de reforma

A Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. assumiu no passado o compromisso de conceder a Administradores, com dez anos de serviço, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma.

Para o cálculo das pensões de reforma considerou-se os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

	31-12-2006	31-12-2005
Taxa de crescimento salarial	0%	0%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%
Taxa técnica actuarial	3%	3%
Tábuas actuariais:		
Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

De acordo com um estudo actuarial realizado por uma sociedade independente, o valor actual das responsabilidades por serviços passados dos seus empregados activos e reformados em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 ascendem a 6.739.004 Euros e 7.251.275 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 o valor dessas responsabilidades estava totalmente provisionado.

2.19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 as provisões apresentam o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ utilizações	Saldo final
Provisões para pensões	7.251.275	127.306	639.577	6.739.004
Provisões para processos judiciais em curso	275.435	94.335	-	369.770
Outras provisões	716.061	1.744.849	705.829	1.755.081
Total	8.242.771	1.966.490	1.345.406	8.863.855

Em 31 de Dezembro de 2005 as provisões apresentam o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ utilizações	Saldo final
Provisões para pensões	7.369.964	163.013	281.702	7.251.275
Provisões para processos judiciais em curso	494.897	20.867	240.329	275.435
Outras provisões	621.893	175.111	14.225	782.780
Total	8.486.754	358.991	536.256	8.309.490

2.20. Outros credores e acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2006	31.12.2005
Outros credores	1.064.834	4.389.998
Acréscimos de custos:		
- Remunerações a liquidar	4.521.073	3.940.329
- Prémio acumulado de jogo	1.094.096	776.599
- Juros a liquidar	276.972	137.865
- Outros	1.272.219	1.025.500
	7.164.359	5.880.293
Proveitos diferidos:		
- Deduções fiscais (Nota 1.23)	19.532.748	19.078.342
- Outros	11.806.228	772.317
	31.338.977	19.850.659
Total	39.568.171	30.120.950

3. Quadro e notas explicativas relacionadas com a demonstração dos resultados

3.1. Proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, os proveitos operacionais têm o seguinte detalhe:

	31-12-2006	31-12-2005
Vendas	788.129	624.898
Prestações de serviços:		
- Receita de jogo	219.831.831	177.437.366
- Prémios progressivos	(341.495)	(21.413)
- Restauração e animação cultural	6.334.055	7.029.413
- Outros serviços	92.605	64.410
- Reversão de perdas de imparidade	8.480	1.259.289
- Descontos e abatimentos	(478.959)	(546.084)
	225.446.515	185.226.981
Proveitos suplementares	2.143.249	1.467.286
Outros proveitos operacionais:		
- Deduções fiscais (Nota 1.23)	13.840.286	6.362.442
- Ganhos em activos detidos para venda	16.456.553	-
- Outros	1.419.217	1.708.722
	31.716.056	8.071.164
Total	260.093.949	195.390.328

Os Ganhos em activos detidos para venda dizem respeito à alienação dos terrenos onde se encontra o antigo Hotel Estoril Sol, sendo o valor mencionado, líquido do valor contabilístico a que os referidos terrenos se encontravam registados na data da operação.

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



3.1.1. Relato por segmento de negócio

identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo assenta na combinação das diferenças nos serviços e diferenças nos quadros legais. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

Concessão do jogo: neste segmento estão considerados a Estoril Sol III e a Varzim Sol que exploram as concessões de jogo no Estoril e na Póvoa de Varzim, respectivamente. Na concessão do jogo do Estoril passou a incluir-se, a partir de 19 de Abril de 2006, o Casino de Lisboa.

Restauração e animação: inclui o rédito obtido na actividade de restauração, no Casino do Estoril e no Casino da Póvoa. A actividade de restauração é ainda praticada na filial Mandarin Sol. A restauração e espectáculos no Casino Lisboa encontram-se sub-concessionados.

Comuns e outros: inclui as restantes empresas participadas que não foram consideradas nos segmentos anteriores.

As transacções entre segmentos são registadas segundo os mesmos princípios das transacções com terceiros. As políticas contabilísticas de cada segmento são as mesmas do Grupo.

Os proveitos operacionais por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	Dezembro 2006					
	Casino Estoril	Casino Lisboa	Casino da Póvoa	Mandarin Sol	Outros/ajustam.	Total Consolidado
Vendas	440.800	-	347.329		-	788.129
Prestações de Serviços:						
- Receita de jogo	112.205.110	53.801.349	53.825.372	-	-	219.831.831
- Prémios progressivos de jogo	104.006	(455.188)	9.687	-	-	(341.495)
- Restauração e animação cultural	4.504.298	-	1.820.303	996.839	(987.386)	6.334.055
- Outros bens e serviços	92.604	-	-	-	-	92.604
- Rev.de perdas de ajust.de div.terceiros	8.480	-	-	-	-	8.480
- Descontos e abatimentos	(485.278)	-	-	-	6.319	(478.959)
	116.429.220	53.346.161	55.655.362	996.839	(981.067)	225.446.515
Proveitos suplementares	1.432.708	558.511	126.586	319	25.126	2.143.249
Outros proveitos operacionais:						
- Deduções fiscais (Nota 1.23)	7.903.889	3.659.349	2.277.048	-	-	13.840.286
- Ganhos em activos detidos para venda	-	-	-	-	16.456.553	16.456.553
- Outros	472.182	-	185.189	-	761.846	1.419.217
	8.376.071	3.659.349	2.462.237	-	17.218.399	31.716.056
Total	126.678.798	57.564.021	58.591.514	997.158	16.262.458	260.093.949

	Dezembro 2005					
	Casino Estoril	Casino Lisboa	Casino da Póvoa	Mandarim Sol	Outros/ajustam..	Total Consolidado
Vendas	304.641		319.389	867		624.898
Prestações de Serviços:						
Receita de jogo	127.052.966	-	50.810.538	-	(426.138)	177.437.366
Prémios progressivos de jogo	(14.927)	-	(6.486)			(21.413)
Restauração e animação cultural	4.741.382	-	1.539.769	984.047	(235.785)	7.029.413
Outros bens e serviços	68.410	-		-	-	68.410
Rev. de perdas de ajust de div terceiros	1.259.289	-	-		-	1.259.289
Descontos e abatimentos	(546.084)	-		-	-	(546.084)
	132.561.036	-	52.343.821	984.047	(661.923)	185.226.981
Proveitos suplementares	1.271.212	-	109.709	409	85.955	1.467.286
Outros proveitos operacionais:						
Deduções fiscais (Nota 1.23)	4.437.568	-	1.924.875	-	-	6.362.442
Outros	-	-	452.547	48	1.256.127	1.708.722
	4.437.568	-	2.377.422	48	1.256.127	8.071.164
Total	138.574.457	-	55.150.341	985.371	680.159	195.390.328

3.2. Custos com pessoal e órgãos sociais

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, os custos com pessoal e órgãos sociais foram como seguem:

Remunerações:	31-12-2006	31-12-2005
Assembleia Geral	0	499
Conselho de Administração	2.286.866	2.519.824
Conselho Fiscal	17.043	36.202
Conselho Consultivo	128.132	128.509
	2.432.041	2.685.034
Pessoal		
Salários e outros custos com pessoal	26.930.717	23.100.258
Encargos sobre remunerações	13.290.029	12.717.843
	40.220.746	35.818.101
	42.652.787	38.503.135

Os honorários dos Revisores Oficiais de Contas Foram: 75.500 Euros e 78.000 Euros em 2005 e 2006 respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação detalha-se como segue:

Empresas	31.12.2006			
	Pessoal dirigente	Pessoal administ.	Comercial e outros	Total
Estoril Sol SGPS, S.A.	9	9	6	24
Estoril Sol (III) - Turismo, animação e Jogo, S.A.	7	60	828	895
Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, SA	7	20	279	306
Mandarim Sol - Restauração, SA	2		18	20
Total	25	89	1.131	1.245

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro



Valores expressos em euros

Empresas	31.12.2005			
	Pessoal dirigente	Pessoal administ.	Comercial e outros	Total
Estoril Sol SGPS, S.A.	9	15	4	28
Estoril Sol (III) - Turismo, animação e Jogo, S.A.	8	86	644	738
Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, SA	7	22	296	325
Mandarim Sol - Restauração, SA	2	2	20	24
Total	26	125	964	1.115

3.3. Resultados financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os resultados financeiros foram como seguem:

	31.12.2006	31.12.2005
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas:		
Perdas em empresas associadas (Nota 2.8)	(7.927)	-
Ganhos em empresas associadas	-	48.769
	(7.927)	48.769
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(10.202.896)	(5.575.370)
Amortizações de investimentos em imóveis	-	(798)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(856)	-
Desconto de pronto pagamento concedido	-	(3.835.519)
Outros custos financeiros	(4.261.551)	-
	(14.465.303)	(9.411.687)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	33.310	42.719
Rendimentos em imóveis	-	9.726
Diferenças de câmbio favoráveis	11.391	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	62.477	22.240
Outros proveitos financeiros	47.779	29.395
	154.958	104.080
Resultados financeiros	(14.318.272)	(9.258.838)

3.4. Tributação do Grupo Estoril Sol

Embora a maioria das empresas do Grupo Estoril Sol estejam sujeitas ao Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Grupo é essencialmente tributado em sede de Imposto sobre o Jogo, como resultado da exploração dos Casinos do Estoril, de Lisboa e da Póvoa de Varzim.

O imposto sobre o jogo representa 50% do valor das receitas brutas do jogo, deduzido de benefícios fiscais atribuídos pelo Estado, nomeadamente, através da dedução fiscal realizada em financiamentos obtidos para a aquisição de activos tangíveis (Nota 1.23) e dedução de despesas anuais realizadas com a animação e promoção turística. Nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2006 e a 31 de Dezembro de 2005, o montante de imposto sobre o Jogo ascendeu a 109.915.914 € e 88.931.752 €, respectivamente (Nota 3.1).

3.5. Resultado por acção

O resultado por acção, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi calculado como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Resultado por acção:		
Resultado líquido para efeito de cálculo dos resultados por acção	19.073.859	3.185.481
Número total de acções	11.993.684	11.993.684
Número de acções próprias	(34.900)	(34.900)
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado por acção diluído	11.958.784	11.958.784
Resultado por acção básico	1,59	0,27
Resultado por acção diluído	1,59	0,27

4. Empresas incluídas no perímetro da consolidação

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as empresas incluídas na consolidação são as seguintes:

	2005	2004
Detidas directamente pela Estoril Sol, S.G.P.S, SA (Holding):		
Estoril Sol III, SA	100%	100%
Varzim Sol, SA	100%	100%
Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, SA	90%	90%
Datasol - Informática no Turismo, Lda	100%	100%
Estoril Sol Hotéis II, SA	100%	100%
Sociedade de Empreendimentos Santa Susana, SA	100%	100%
ESSAL - Comércio Alimentar, SA	100%	100%
Estoril Sol Imobiliária, SA	100%	100%
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA	100%	100%
Disco Sol, SA	100%	100%
Varzimgeste, SA	100%	100%
Estoril Sol V, SA	100%	100%
Imobiliária D. Luís, SA	100%	100%
Estoril Sol e Mar, SA	100%	100%
Chão do Parque, SA	90%	90%
Imobiliária Casal S. José, SA	100%	100%
Mandarim Sol, SA	100%	100%

ESTORIL SOL (III) - TURISMO, ANIMAÇÃO E JOGO, S.A., com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

VARZIM SOL – TURISMO JOGO E ANIMAÇÃO, S.A., com sede no Largo do Passeio Alegre - 4491 Póvoa do Varzim, é detida em 11.19% pela Varzimgeste - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A e o restante pela Estoril Sol, SGPS, S.A. Por conseguinte, é filial da empresa-mãe na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho. A denominação social anterior era “SOPETE – SOCIEDADE POVEIRA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

ESTORIL SOL – INVESTIMENTOS HOTELEIROS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DATASOL - INFORMÁTICA NO TURISMO, LDA., com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL HOTÉIS II, S.A., tem sede na Rua Melo e Sousa, 535 no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS SANTA SUSANA, S.A., com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

Anexo à Demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro

Valores expressos em euros



ESSAL - COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A. com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL IMOBILIÁRIA, S.A. com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DTH - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E HOTELEIRO, S.A. - com sede na Rua da Vitória, 42 - 3º Esq., Lisboa, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

DISCO - SOL, HOTELARIA E ANIMAÇÃO, S.A. - com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa-mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

VARZIMGESTE - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. - com sede na Rua Melo e Sousa, 535, no Estoril, possui uma participação de 11,19% na Varzim Sol – Turismo, Jogo e Animação, SA e é filial da empresa-mãe na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORIL SOL (V) – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

IMOBILIÁRIA D. LUÍS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ESTORILSOL E MAR – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

CHÃO DO PARQUE – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

IMOBILIÁRIA CASAL S. JOSÉ, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

MANDARIM SOL - RESTAURAÇÃO, S.A., com sede no Hotel Estoril Sol, décimo sexto andar, Parque de Palmela, Estrada Marginal, em Cascais, não possui qualquer participação nas empresas consolidadas e é filial da empresa - mãe, na medida em que esta tem o direito a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 1º do Dec. Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

5. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as garantias bancárias prestadas pelo Grupo eram como segue:

Entidade beneficiária	Finalidade	31.12.2006	31.12.2005
IGJ	Imposto sobre o jogo	18.568.809	26.568.809
DGCI	Reembolso do IVA	322.221	-
M A I	Autorização para o exercício de segurança privada	38.000	56.410
Câmara Municipal de Lisboa	Casino de Lisboa	534.956	534.956
Supremo Tribunal Administ.	Processos judiciais em curso	42.897	42.897
Petrogal	Fornecimento combustíveis	12.969	12.969
Direcção Geral do Tesouro	Impostos reclamados	7.999	7.999
Tribunal Trabalho	Execução fiscal	8.582	82.739
Camara Municipal de Cascais	Execução fiscal	180.202	31.970
LTE	Fornecimento energia	189.906	60.371
Diversos	Garantir a efect.do contrato de venda de activos imobiliários	644.500	13.761.496
Total		20.551.040	41.160.616

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos das legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Estoril Sol, SGPS, S.A., - Sociedade Aberta -, as quais compreendem: O Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 162.368.908 euros e um total de capital próprio de 130.064.259 euros, incluindo um resultado líquido de 8.647.816 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Estoril Sol,SGPS, S.A.,-Sociedade Aberta-:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas informações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Estoril Sol, SGPS, SA – Sociedade Aberta - em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
8. É também nosso parecer que o Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - a) As responsabilidades por pensões de reforma de administradores jubilados e em exercício, está calculada em 6.739.004,00 euros. As provisões constituídas cobrem integralmente esta responsabilidade, conforme referido no ponto n.º 31 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas individuais)

- b) Existem créditos sobre empresas do grupo, com capitais próprios negativos, no montante de cerca de 25.780.000,00 euros, não provisionados. Notamos que tais empresas se encontram abrangidas pela situação prevista no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido no “Relatório de Gestão”, continua a proceder-se ao estudo conducente à tomada definitiva das medidas mais convenientes em relação a estas empresas.
- c) A empresa deliberou alterar o procedimento adoptado no exercício anterior, da não amortização do “good-will” apurado na compra do capital da Varzim Sol, registando as presentes demonstrações financeiras as devidas amortizações no montante de €969.334,02. O estudo de imparidade, que concluiu pela não existência de qualquer perda, passou a relevar, apenas, para as contas consolidadas do grupo.

Lisboa, 30 de Março de 2007

Lampreia & Viçoso, SROC
Registada na CMVM nº 7873
representada por
José Martins Lampreia (ROC nº 149)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas individuais)

Senhores Accionistas,

Nos termos das disposições legais aplicáveis e do contrato social, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório de gestão, a informação financeira própria, constante do balanço, das demonstrações de resultados, do anexo e ainda de outras demonstrações financeiras, bem como proposta de aplicação de resultados, tudo documentos apresentados pelo Conselho de Administração da Estoril Sol, SGPS, SA, - Sociedade Aberta - relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

1- RELATÓRIO

1.1- O Conselho Fiscal acompanhou, no decurso do exercício, a actividade da empresa. Manteve contactos com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da sociedade, que sempre se disponibilizaram a prestar todos os esclarecimentos solicitados.

1.2- O Conselho Fiscal efectuou as análises e verificações que lhe estão cometidas e que considerou necessárias nas circunstâncias. Notou também a manutenção de acções próprias em carteira.

1.3- O relatório de gestão descreve as políticas seguidas, a actividade económica e financeira, os condicionalismos envolventes relativos ao exercício em apreço e as perspectivas de evolução face à conjuntura.

1.4- As contas individuais, integrando o balanço, as demonstrações de resultados, o respectivo anexo e outras demonstrações financeiras estão de acordo com os registos contabilísticos e com as normas legais aplicáveis.

1.5- Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborados pelos Revisores Oficiais de Contas, que merecem a nossa concordância.

1.6- O Conselho Fiscal ponderou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

2 - PARECER

Face ao exposto somos de parecer que se encontram em situação de serem aprovados:

2.1 -O relatório de gestão, balanço e as contas individuais relativos ao exercício de 2006;

2.2- A proposta de aplicação de resultados.

Estoril, 3 de Abril de 2007

O Conselho Fiscal
Lampreia & Viçoso, SROC
representada por
José Martins Lampreia

José Carlos Correia Estorninho

Mário Pereira Pinto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas consolidadas)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, da Estoril Sol, SGPS, S.A. – Sociedade Aberta, as quais compreendem: O Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 418.822.168 euros e um total de capital próprio de 78.640.090 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 19.073.859 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Estoril Sol, SA, - Sociedade Aberta -:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio;
 - b) que a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - b) a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Estoril Sol, S.G.P.S., S.A. e as suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações os fluxos consolidados de caixa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
e
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas consolidadas)

e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:
- a) Algumas empresas do grupo, incluídas no perímetro de consolidação, encontram-se abrangidas pela situação prevista no artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, por apresentarem capital próprio inferior a 50% do capital social.
 - b) Conforme referido nos pontos 1.25 e 2.18 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas existem responsabilidades, na empresa consolidante, com pensões de reforma de administradores jubilados e em exercício que estão calculadas em 6.739.004,00 euros. As provisões constituídas cobrem integralmente esta responsabilidade.
 - c) Conforme referido no ponto 3.4 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a principal actividade do grupo está sujeita a imposto de jogo, e, consequentemente, à não sujeição ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. As empresas do Grupo Estoril Sol sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas encontram-se inseridas no regime especial de tributação de grupos de sociedades.
 - d) Chamamos a atenção, para efeito de comparabilidade entre exercícios, para o impacto que: (i) o novo Casino de Lisboa, da empresa filial Estoril Sol III – Turismo, Animação e Jogo, S.A., cuja inauguração ocorreu em 19 de Abril de 2006; (ii) a alienação do Hotel Estoril Sol, da empresa filial Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, S.A., tiveram nas diversas rubricas do Balanço Consolidado e Demonstração Consolidada de Resultados.

Lisboa, 30 de Março de 2007

Lampreia & Viçoso, SROC
Registada na CMVM n.º 7873
representada por
José Martins Lampreia (ROC n.º 149)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas consolidadas)

Senhores Accionistas,

Nos termos legais, cumpre-nos apresentar a V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora bem como o parecer sobre o balanço consolidado, e contas consolidadas e relatório consolidado de gestão, documentos elaborados pelo Conselho de Administração da Estoril Sol, SA, - Sociedade Aberta - relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

1- RELATÓRIO

1.1- Procedemos à análise das operações realizadas pela sociedade consolidante e acompanhámos as actividades do Grupo de empresas por ela liderado, quer directamente, quer através de esclarecimentos recolhidos junto da Administração e dos serviços. O Conselho Fiscal efectuou, ainda, as verificações consideradas necessárias nas circunstâncias.

1.2- Acompanhámos as acções desenvolvidas pela empresa, conducentes à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia.

1.3- Apreciámos o relatório consolidado de gestão elaborado pelo Conselho de Administração que relata a actividade e situação do Grupo.

1.4- Não tomámos conhecimento de qualquer situação que pusesse em causa os preceitos legais aplicáveis.

1.5- O Conselho Fiscal analisou ainda a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas consolidadas, documento emitido pelos Revisores Oficiais de Contas, que merece a sua concordância.

2 - PARECER

Face ao exposto somos de parecer que se encontram em condições de serem aprovados:

2.1- O relatório consolidado de gestão, balanço consolidado e contas do Grupo Estoril Sol, relativos ao exercício de 2006.

Estoril, 3 de Abril de 2007

O Conselho Fiscal
Lampreia & Viçoso, SROC
representada por
José Martins Lampreia

José Carlos Correia Estorninho

Mário Pereira Pinto

Declaração de cumprimento

A Estoril Sol, SGPS, S.A. cumpre no presente documento com a maioria das recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades com excepção da seguinte recomendação:

Atendendo a que as remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das empresas do grupo são estabelecidas pela comissão de fixação de vencimentos (órgão em que estão representados os accionistas de referência e os pequenos accionistas) eleito em assembleia geral, e que o modelo de funcionamento do Conselho de Administração assenta na solidariedade colegial dos seus membros entende-se como mais adequada a divulgação do total das remunerações pagas.

I – Divulgação de Informação

1 – Estrutura Organizacional

A Empresa dispõe de um Conselho de Administração responsável pelas opções estratégicas das Empresas que constituem o Grupo Estoril Sol e acompanha de forma regular e estruturada as actividades das suas participadas, dispondo para o efeito de um Serviço Técnico de apoio e uma Direcção de Auditoria Interna.

Dos órgãos sociais faz parte o Conselho Consultivo, o qual tem como função emitir pareceres e opiniões sobre os assuntos que forem postos à sua consideração pelo Conselho de Administração ou pelo Órgão de fiscalização.

2 – Comissões específicas

Decorrente do seu objecto social (gestão de participações sociais) e das limitações legais daí resultantes, a Empresa tem como única actividade funções de “holding”. O Conselho de Administração acompanha regular e sistematicamente as administrações das participadas no rigoroso cumprimento dos contratos das concessões de jogo das zonas do Estoril e da Póvoa de Varzim e da legislação que regulamenta a actividade de jogo em casinos portugueses, na execução dos planos de actividade e no estudo e desenvolvimento dos novos projectos, não tendo sido necessária, até ao momento, a constituição de comissões específicas.

3 – Controlo de Risco

As empresas participadas titulares de contratos de concessões de jogo, visando a prevenção e minimização de risco decorrente das suas actividades económicas, dispõem de Serviços especializados de supervisão responsáveis pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança física de clientes, colaboradores e instalações, e ainda do cumprimento da legislação que regulamenta o sector de jogo em Casinos sendo de salientar que estas participadas estão sujeitas a uma fiscalização permanente feita pelo Estado através da Inspeção Geral de Jogos.

A empresa através das suas participadas encontra-se exposta a riscos financeiros. Com efeito, a prorrogação dos contratos de concessões no final de 2001 e mais recentemente a construção do Casino Lisboa implicaram acréscimo de endividamento de médio prazo que conjugado com variações das taxas de juro do mercado implicam acréscimos de custos financeiros com potenciais riscos de liquidez. Contudo, entendemos que o risco financeiro a que o Grupo está exposto é limitado como se comprova pela ausência de quais quer garantias patrimoniais ou pessoais dadas pelos accionistas na contratação das operações de financiamento.

4 – Descrição da evolução da cotação das acções

A Empresa tem dois accionistas de referência que em conjunto controlam directa e indirectamente cerca de 92% do capital social e dos respectivos direitos de voto. Assim, devido ao reduzido “free float”, no decurso do exercício de 2006, foram transaccionadas em Bolsa 130.441 acções da sociedade. A primeira cotação foi efectuada a 7,75 Euros e a cotação mínima foi de 7,71 Euros. A cotação máxima alcançada em 2006 ocorreu em Abril, 8,90 Euros, e a última cotação de 2006 foi feita a 7,91 Euros.

A Empresa não procedeu a qualquer emissão de novas acções no exercício de 2006.

5 – Política de dividendos

O esforço financeiro decorrente da materialização dos investimentos realizados nas empresas participadas, associado a uma política de salvaguarda da solidez financeira das empresas do Grupo tem moldado a política de dividendos da empresa.

Ciente de que a criação de valor de forma sustentada para os accionistas é um dos objectivos de gestão, tem sido compromisso da Administração, no respeito da independência financeira da Empresa, a afectação de 30% dos Resultados Líquidos Anuais à distribuição de dividendos.

Neste sentido, a Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Abril de 2007 deliberou a distribuição de um dividendo de 0,22 cêntimos por acção.

- 6 - Planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição opções de aquisição de acções.
A Sociedade não tem em execução qualquer plano de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções.
- 7 - Negócios e operações entre a sociedade e os membros dos seus órgãos sociais
No decurso do exercício de 2006, não foram realizados negócios entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, que não tenham sido realizadas em condições normais de mercado para operações similares e que façam parte da actividade corrente da sociedade.
- 8 - Apoio aos investidores
- A sociedade mantém ao dispor dos investidores um sitio na Internet (www.estoril-solsgps.com) através do qual divulga informação financeira relativa à sua actividade individual e consolidada, e "links" aos sites comerciais das suas associadas Estoril Sol III e Varzim Sol.
- O reduzido número de pedidos de informação sobre a vida da sociedade não tem justificado a criação de um gabinete de apoio ao investidor. A sociedade responde prontamente a todos os pedidos de informação que lhe são formulados.
- O representante da empresa para as relações com o mercado é o senhor Dr. José Luís Silva Pimentel de Carvalho cujos contactos são:
Praça José Teodoro dos Santos
2765-237 Estoril
Tel. 214667871
Fax. 214667963
Email: jpimentel@estoril-sol.com
- 9 - Comissão de Vencimentos
Dos Órgãos Sociais faz parte a Comissão de Fixação de Vencimentos a qual é constituída pelos senhores, Stanley Hun Sun Ho, Presidente do Conselho de Administração, Ambrose So, Administrador e João de Sousa Ventura, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.
- 10 - Remunerações pagas pela sociedade e demais empresas do grupo ao auditor.
No exercício de 2006, o auditor da sociedade e outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo, auferiu 78.000 Euros de honorários por serviços de revisão legal de contas, não tendo prestado quaisquer outros serviços.

II - Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

A votação dos accionistas em Assembleias Gerais pode fazer-se presencialmente ou por representação, ou ainda por correspondência, nos termos legais.

A participação, representação e votação de accionistas nas Assembleias Gerais, obedece às seguintes regras gerais:

Têm direito a participar e votar na Assembleia Geral os accionistas que possuam pelo menos 100 (cem) acções, devendo apresentar na sociedade, até 5 (cinco) dias antes da data marcada para a reunião da Assembleia Geral, declaração, emitida e autenticada por intermediário financeiro, comprovativa de que as acções de que são titulares se encontram inscritas em contas de valores mobiliários escriturais.

Os accionistas com menos de 100 (cem) acções poderão agrupar-se de forma a completar o número exigido para o exercício do direito de voto e a fazer-se representar por um dos agrupados.

Os accionistas sem direito a voto poderão assistir à Assembleia Geral, mas não poderão usar da palavra ou por outra forma intervir nos trabalhos.

Qualquer accionista pode fazer-se representar na Assembleia Geral por outro accionista, por qualquer membro do Conselho de Administração ou pelo cônjuge, descendente ou ascendente do representado. Como instrumento de representação voluntária basta uma carta com assinatura dirigida ao Presidente da Mesa.

Os accionistas com direito a voto nos termos acima referidos, poderão exercê-lo por correspondência, ou através de declaração por si assinada, onde manifestem, de forma inequívoca, o sentido do seu voto em relação a cada um dos pontos da ordem de trabalhos da assembleia.

A declaração de voto deve ser acompanhada de fotocópia legível do Bilhete de Identidade do accionista; no caso de accionista ser pessoa colectiva, a declaração de voto deverá ser assinada por quem a represente, com a assinatura reconhecida notarialmente nessa qualidade.

As declarações de voto, acompanhadas dos elementos referidos no parágrafo anterior, deverão ser inseridas em envelope fechado, endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão nas instalações da Administração da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até 5 (cinco) dias antes da data marcada para a reunião da Assembleia Geral.

III - Regras Societárias

Controlo das actividades

A sociedade dispõe de um Gabinete de Auditoria Interna que tem como missão, quer na sociedade quer nas empresas associadas, avaliar de forma independente e sistemática o sistema de controlo interno instituído, examinar os procedimentos operacionais internos e o cumprimento das normas, e propor medidas que considere necessárias para colmatar eventuais deficiências do sistema de controlo interno.

Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais, acordos parasociais

Não existem quaisquer limites estatutários ao exercício do direito de voto, nem accionistas titulares de direitos especiais.

A sociedade não tem conhecimento da existência de acordos parasociais.

Contudo, existem restrições à transmissibilidade de acções que resultam do estatuído na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/99 (2ª série) publicada no D.R. II série n.º 184 de 9 de Agosto de 1999, que obriga a sociedade a respeitar os requisitos previstos no art.º 17º do D.L. n.º 422/89, de 2 de Dezembro que a seguir se transcreve:

“ 1 - Os capitais próprios das sociedades concessionárias não poderão ser inferiores a 30% do activo total líquido, devendo elevar-se a 40% deste a partir do sexto ano posterior à celebração do contrato de concessão, sem prejuízo do respectivo capital social mínimo a ser fixado, para cada uma delas, no decreto regulamentar a que se refere o artigo 11º.

2 - Pelo menos 60% do capital social serão sempre representados por acções nominativas ou ao portador, em regime de registo, sendo obrigatória a comunicação à Inspeção-Geral de Jogos pelas empresas concessionárias de todas as transferências da propriedade ou usufruto destas no prazo de 30 dias após o registo no livro próprio da sociedade ou de formalidade equivalente.

3 - A aquisição, a qualquer título, da propriedade ou posse de acções que representem mais de 10% do capital ou de que resulte, directa ou indirectamente, alteração de domínio das concessionárias por outrem, pessoa singular ou colectiva, carece de autorização do membro do Governo responsável pela área do turismo, sob pena de os respectivos adquirentes não poderem exercer os respectivos direitos sociais.

4 - Se o adquirente das acções for pessoa colectiva, poderá a autorização condicionar a transmissão à sujeição da entidade adquirente ao regime do presente artigo.

5 - O decreto regulamentar a que se refere o artigo 11º poderá impedir ou limitar a participação, directa ou indirecta, no capital social de uma concessionária por parte de outra concessionária ou concessionárias, sendo nulas as aquisições que violem o disposto naquele diploma.”

Órgão de Administração

1 - Caracterização do órgão de administração

- O Conselho de Administração é composto por três a onze administradores, sem distinção entre administradores executivos e não executivos, em número impar, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.
- O mandato dos administradores é de quatro anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, não existindo restrição à reeleição dos administradores.
- O Conselho de Administração reúne com maioria simples de administradores, possuindo todos os seus membros iguais direitos de voto e sendo as deliberações do C.A tomadas por maioria de votos.
- O Conselho de Administração reuniu 12 vezes no exercício de 2006.
- Os actuais membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta dos accionistas de referência.

O Conselho de Administração da Sociedade é actualmente composto por nove membros.

Presidente - Dr. Stanley Hung Sun Ho, Vice-Presidente - Dr. Mário Assis Ferreira (Independente); Vogais - Sr. Ambrose So, Sr. Patrick Huen, Sr. António José Pereira (Independente), Sr. Choi Man Hin, Eng. António José de Melo Vieira Coelho, Dr. Vasco Esteves Fraga (Independente), e o Dr. Jorge Armindo Teixeira.

Indica-se a seguir os membros do Conselho de Administração e as funções de gestão que exercem em 2006 noutras sociedades:

STANLEY HUNG SUN HO

Em Macau

Presidente do Conselho de Administração
STDM, SA
Seng Heng Bank
Nam Van Development Company, SA
Teledifusão de Macau, SA
Macau Horse Racing Company, Ltd
Sociedade de Turismo e Desenvolvimento Insular, SA
Geocapital – Investimentos Estratégicos, SA

Vice Presidente

CAM - Macau International Airport Company
Macau Yat Yuen Canidrome Company, Ltd.

Administrador Delegado

SJM - Sociedade de Jogos de Macau, SA

Em Hong Kong

Presidente Executivo

Shun Tak Holdings, Ltd.

Presidente

Shum Tak-China Shipping Investments Ltd.
Melco International Development, Ltd.
Aberdeen Restaurant Enterprises, Ltd.
Value Convergence Holdings, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

Shun Tak Shipping Company, Ltd.
Heli Express Airways Ltd.
Hong Kong Express Airways, Ltd.

Em Portugal

Presidente

Fundação Stanley Ho
STDM - Investimentos Imobiliários, SA

Presidente do Conselho de Administração

Credicapital, SGPS, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
Finae, SGPS, SA
Finansol, SGPS, SA
Oriente, SGPS, SA
Posse, SGPS, SA
SGAL - Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, SA
STDP - Soc. Transnacional Desenvolvimento de Participações, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração

Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, SA

MÁRIO ALBERTO NEVES ASSIS FERREIRA

Presidente do Conselho de Administração

Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, SA
Varzim Sol - Turismo, Jogo e Animação, SA
Imobiliária Casal S. José, SA
Chão do Golfe - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA
Chão do parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA
Imobiliária D. Luís, SA
DTH - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA
Estoril Sol Hotéis II - Actividades Hoteleiras, SA
Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, SA
ESSAL - Comércio Alimentar, SA
Disco-Sol - Hotelaria e Animação, SA
EstorilSol e Mar - Investimentos Imobiliários, SA

Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, SA
Estoril Sol Imobiliária, SA
Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, SA
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, SA
Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, SA
Vice-Presidente
Estoril Sol, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração
Parques do Tamariz - Soc. Exploração de Parques de Estacionamento, SA

AMBROSE SO

Em Portugal

Presidente do Conselho de Administração
Brightask - Gestão e Investimentos, SA
Portline - Trsnportes Marítimos Internacionais, SA
Vogal do Conselho de Administração
ANMAIA - Clube de Golfe de Marvão, SA
Credicapital, SGPS, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
Finansol, SA
Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, SA
POSSE, SGPS, S.A.
SGAL - Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, SA
STDM - Investimentos Imobiliários, S.A.

Gerente

Guinchotel - Actividades Hoteleiras, Lda.
IMO 12 - Gestão Mobiliária e Imobiliária Unipessoal, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

Em Macau

Presidente do Conselho de Administração
MACAUPORT - Sociedade de Administração de Portos, SARL
Vogal do Conselho de Administração
Macau Fisherman's Wharf - Companhia de Investimento Internacional, SA
Macau Horse Racing Co., Ltd.
Millennium - Instituto de Educação, SA
Sociedade de Empreendimentos NAM VAN, SARL
Sociedade de Investimento Predial Hong Hock, SA
Sociedade de Jogos de Macau, SA
Ponte 16 - Desenvolvimento Predial, SA
Geocapital - investimentos Estratégicos, SA

Em Hong Kong

Vogal do Conselho de Administração
Shun Tak Holdings, LTD.

Na China

Presidente do Conselho de Administração
Tianjin Hexin Development Co., Ltd.
Vogal do Conselho de Administração
Shanghai Central Land Estate, Ltd.
Shanghai Hongyi Real Estate Development Co. Ltd
Shanghai Hua Tian Property Developments, Ltd.

WUEN WING MING PATRICK

Em Portugal

Vogal do Conselho de Administração
Brightask - Gestão e Investimentos, SA
Credicapital, SGPS, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
Finansol, SA
Guinor - Companhia de Desenvolvimento Imobiliário, SGPS, SA
POSSE, SGPS, SA
SGAL - Sociedade Gestora do Alto do Lumiar, SA

Gerente

Guinchotel - Actividades Hoteleiras, Lda.
IMO 12 - Gestão Mobiliária e Imobiliária, Unipessoal, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

Em Macau

Vogal do Conselho de Administração

Banco Seng Heng, SA
CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL
King Power Lojas Francas (Macau), SARL
MACAUPORT - Sociedade de Administração de Portos, SARL
Millennium - Instituto de Educação, SA
Geocapital - Investimentos Estratégicos, SA

Membro do Conselho Fiscal

Macau Fisherman's Wharf - Companhia de Investimento Internacional, SA

Em Hong Kong

Vogal do Conselho de Administração

Shun Tak Holdings, Ltd.

Na China

Vogal do Conselho de Administração

Shanghai Central Land Estate, Ltd.
Shanghai Hua Tian Property Developments, Ltd.
Tianjin Hexin Development Co. Ltd.

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA

Vice Presidente do Conselho de Administração

Azarmenor, SA

Vogal do Conselho de Administração

Estoril Sol, SGPS, SA

Varzimgeste - Investimentos e Participações, SGPS, SA

Gerente

Datasol - Informática no Turismo, Lda.

CHOI MAN HIN

Presidente do Conselho de Administração

Mandarim Sol Restauração, SA

Vogal do Conselho de Administração

BRIGHTASK - Gestão de Investimentos, SA
CREDI CAPITAL, SGPS, SA
Disco Sol Hotelaria e Animação, SA
ESSAL - Comércio Alimentar, SA
Estoril Sol Hotéis II - Actividades Hoteleiras, SA
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, SA
Estoril Sol Investimentos Hoteleiros, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
ORIENTE S.G.P.S., SA
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, SA
S.T.D.M. - Investimentos Imobiliários, SA
S.T.D.P., SA
VARZIM SOL - Turismo, Animação e Jogo, SA

Gerente

GUINCHOTEL - Actividades Hoteleiras, Lda.
IMAPEX - Soc. Construções e Investimentos Imobiliários, Lda.
IMO-DOZE - Gestão Mobiliária e Imobiliária Unipessoal, Lda.
IMO-OITO - Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda.
STDM - Gestão de Investimentos, Lda.

ANTÓNIO JOSÉ DE MELO VIEIRA COELHO

Vogal do Conselho de Administração

Chão do Parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA
ESSAL - Comércio Alimentar, SA

Estoril Sol - Investimentos Hoteleiros, SA
Estoril Sol e Mar - Investimentos Imobiliários, SA
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, SA
Estoril Sol Imobiliária, SA
Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
Imobiliária Casal S. José, SA
Imobiliária D. Luís, SA
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, SA
STDM - Investimentos Imobiliários, SA

VASCO ESTEVES FRAGA

Vogal do Conselho de Administração

Chão do Parque - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA
D.T.H. - Desenvolvimento Turístico e Hoteleiro, SA
Disco-Sol - Hotelaria e Animação, SA
Estoril Sol e Mar - Investimentos Imobiliários, SA
Estoril Sol Hotéis II - Actividades Hoteleiras, SA
Estoril Sol III - Turismo, Animação e Jogo, SA
Estoril Sol Imobiliária, SA
Estoril Sol V - Investimentos Imobiliários, SA
Estoril Sol, SGPS, SA
Imobiliária D. Luís, SA
Quinta dos Goulões - Imobiliária, SA
Sociedade de Empreendimentos Imobiliários Santa Susana, SA
Varzim Sol - Turismo, Animação e Jogo, SA

JORGE ARMINDO TEIXEIRA

Vogal do Conselho de Administração

Amorim - Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, SA
Amorim - Hotéis e Serviços, SGPS, SA
Amorim Turismo - Serviços e Gestão, SA
Amorim Turismo, SGPS, SA
Bingo Plus - Turismo e Animação, SA
Bingolândia - Bingos e Lazer, SA
CHT - Casino Hotel de Tróia, SA
Drink In - Companhia de Indústria de Bebidas e Turismo, SA
Ebanus - Investimentos Imobiliários e Turísticos, SA
Fozpatrimónio, S.A.
Goldtur - Hotéis e Turismo, SA
Grano Salis - Inv. Turísticos, Jogo e Lazer, S.A.
HAVING - Investimentos Hoteleiros, S.A.
Hotel Turismo, SARL
Iberpartners - Gestão e reestruturação de Empresas, SA
IHP - Investimento Hoteleiro de Portugal, SA
Imofoz, SA
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA
Mobis - Hotéis de Moçambique, SARL
MPM, Lda
Notel - Empreendimentos Turísticos, SARL
Pinktur - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.
Portis - Hotéis Portugueses, SA
Portotel - Sociedade de Investimento e Gestão de Hotéis, SA
Postya - Serviços de Consultadoria, Lda
Prifalésia - Construção e Gestão de Hotéis, SA
Quioscaribe - Comercialização de Produtos Variados, S.A.
Return - Investimentos Hoteleiros e Jogo, SA
Royspa - Serviços de Consultadoria, Lda
SGGH - Serviços Gerais de Gestão Hoteleira, SA
SGGHM - Sociedade Geral de Hotéis de Moçambique, S.A.

Sociedade Figueira Praia, SA
SPI GH - Sociedade Portuguesa de Investimentos e Gestão Hoteleira, S.A.
Suncaribe - Gestão e Investimentos Hoteleiros, SA
Troia Península Investimentos, SGPS, SA
Turyleader, SGPS, SA
Upsite - Investimento Hoteleiro de Portugal, SA
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda

2 - Comissão Executiva

Ainda que o contrato de sociedade dê poderes ao Conselho de Administração para poder criar, nomear, definir competências e modo de funcionamento da Comissão Executiva, até à presente data a mesma Comissão não foi constituída.

3 - Funcionamento do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reúne regularmente, com uma periodicidade, em princípio, mensal, e sempre que se considere existir matéria que o justifique.

Os Conselhos ocorrem em conformidade com um calendário previamente estabelecido e as respectivas agendas são previamente distribuídas a todos os membros do Conselho bem como as respectivas actas e documentos de suporte.

4 - Política de remunerações

Os membros do Conselho de Administração desta sociedade auferem remunerações fixas. O contrato de sociedade prevê a possibilidade das remunerações dos membros dos órgãos sociais consistirem em importâncias fixas e/ou em percentagens sobre os lucros do exercício.

5 - Remunerações dos membros do Conselho de Administração

No exercício de 2006, os membros do Conselho de Administração auferiram 299.135 Euros de remuneração fixa.

Decorrente de anterior contrato de sociedade, alguns administradores actualmente em exercício, no termo da sua relação com a empresa auferirão pensões de reforma previamente estabelecidas. Esta responsabilidade está integralmente provisionada conforme consta da nota 31 das contas individuais da empresa.



EXTRACTO DA ACTA Nº 79
DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA
ESTORIL SOL, SGPS, SA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2007

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, no Casino do Estoril, sito Praça José Teodoro dos Santos, Estoril, a Assembleia Geral de Accionistas da Estoril – Sol, SGPS, S.A., NIPC 500.101.221, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o número cinquenta e três, com o capital social de cinquenta e nove milhões novocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte euros, com sede na Rua Melo e Sousa n.º 535, Estoril, tendo como objecto deliberar sobre a ordem de trabalhos constante da convocatória e respectivo aditamento, publicada nos termos legais, que a seguir se transcreve na íntegra:

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Senhores accionistas da ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A., sociedade aberta, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº 53, com o capital social de 59.968.420 € e sede na Rua Melo e Sousa, nº 535, no Estoril, Cascais, para reunirem em Assembleia Geral, no Casino Estoril, Praça José Teodoro dos Santos, Estoril, no dia 20 de Abril de 2007, pelas 15 horas e 30 minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e contas individuais da ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A., respeitantes ao exercício de 2006.
2. Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas da ESTORIL-SOL, S.G.P.S., S.A., respeitantes ao exercício de 2006.
3. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2006.
4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do nº 1 do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais.
5. Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias.-----

Estoril, 13 de Março de 2007

O PRESIDENTE

da Mesa da Assembleia Geral

(MIGUEL GALVÃO TELES)

Pelo Vice Presidente da Mesa foi verificado que foram cumpridas todas as formalidades legais relativas à publicação da ordem de trabalhos e respectivo aditamento, sendo a convocatória por anúncios publicados, via electrónica, em dezasseis de Março de dois mil e sete, no site www.mj.gov.pt/publicacoes, em quinze de Março de dois mil e sete, no Jornal de Negócios e, em quinze de Março de dois mil e sete, no Boletim de cotações da Euronext, e o aditamento à ordem de trabalhos por anúncios publicados, via electrónica, em vinte e nove de Março de dois mil e sete, no site www.mj.gov.pt/publicacoes, em vinte e oito de Março de dois mil e sete, no Jornal de Negócios e, em vinte e oito de Março de dois mil e sete, no Boletim de cotações da Euronext.

Verificou igualmente, pela lista de presenças, que se encontravam presentes ou representados accionistas detentores de 10.725.777 acções, a que correspondem 107.257 votos, representativos de 89,4285% do capital social pelo que, constatando estar reunido mais de 50% do capital social, declarou validamente constituída a Assembleia e em condições de deliberar.

Em conformidade, o Vice Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos, tendo ainda informado não haverem sido recebidos votos por correspondência.

Estando todos os presentes devidamente esclarecidos com as informações prestadas, foi colocada à votação o Relatório de Gestão e as Contas Individuais respeitantes ao exercício de dois mil e seis, que foram aprovados por unanimidade dos presentes, detentores de 10.725.777 acções a que correspondem 107.257 votos, representativos de 89,4285% do capital social.

Colocada à votação o Relatório consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas respeitantes ao exercício de dois mil e seis, foram estes aprovados por unanimidade dos presentes, detentores de 10.725.777 acções a que correspondem 107.257 votos, representativos de 89,4285% do capital social.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, o Vice Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, que se transcreve:

PONTO 3

PROPOSTA

O Conselho de Administração da **ESTORIL-SOL, SGPS, S.A.**, apresentou a proposta de aplicação de resultados que consta do seu Relatório de Gestão, a qual mereceu parecer favorável do Conselho Fiscal, que propõe a sua aprovação pela Assembleia Geral. A proposta é a seguinte:

“Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no montante de €8.647.815,55, seja aplicado em:

Reserva Legal.....	432.390,78 €
Dividendos.....	2.630.932,48 €
Reservas Livres.....	5.584.492,29 €

Estoril, 4 de Abril de 2007

**EXTRACTO DA ACTA Nº 79
DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA
ESTORIL SOL, SGPS, SA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2007**



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Colocada a proposta à discussão dos presentes, nenhum accionista pretendeu usar da palavra, pelo que, foi a mesma submetida à votação, tendo sido aprovada por maioria dos presentes, detentores de 10.720.263 acções, a que correspondem 107.202 votos, que totalizam 89,3825 % do capital social, verificando-se a abstenção do Accionista António Alfredo Branco Ferreira, detentor de 5514 acções, a que correspondem 55 votos, que representam 0,0459% do capital social.

Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral homenageou o contributo do Senhor Doutor Miguel Galvão Teles e do Senhor Doutor Paulo de Castro Varzielas, com votos de felicidades para os membros que agora tomam posse, agradecendo a participação dos accionistas e a facilidade na condução dos trabalhos, encerrando a sessão, dela se lavrando a presente acta, que depois de lida vai ser assinada.

O VICE PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL